

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BRUNA BONI LAVRATTI

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ENTRE OS  
ANOS DE 2001 E 2012.

Florianópolis  
2014

BRUNA BONI LAVRATTI

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ENTRE OS  
ANOS DE 2001 E 2012.

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientador: Profº Dr. Lauro Francisco Mattei**

Florianópolis  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 à aluna Bruna Boni Lavratti na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 14 de Julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.º Dr. Lauro Francisco Mattei  
(Orientador)

---

Prof.ª Dr. Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski  
(Membro da Banca)

---

Prof.º João Pedro Krutsch Neto  
(Membro da Banca)

*Aos meus pais que sempre me  
incentivaram a avançar cada vez  
mais no mundo das ideias.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Eliana Maria Boni Lavratti e Altair Lavratti, a quem eu dedico esse trabalho de conclusão de curso, pela persistência na palavrinha “leiam” a qual eu e meus irmãos ouvíamos diariamente em nossa casa. Agradeço também aos meus irmãos, Leandro Luis Lavratti, Daiana Boni Lavratti e em especial à Cristhina Boni Lavratti, que acompanhou mais de perto a minha trajetória acadêmica e dividiu comigo angustias e alegrias da vida. E também, ao seu companheiro Asaph Mross Becker, que me apoiou num momento crucial e sem esse apoio talvez este trabalho não seria possível.

Ao Sidnei Niederle, que me influenciou na escolha do curso e me ajudou na elaboração de artigos e trabalhos acadêmicos enquanto eu era bolsista.

Às minhas amigas de faculdade, Amanda Maciel e Edilene Cavalcanti, pela força e companhia durante o curso, em especial à Rayana Peled com quem partilhei momentos que me fizeram crescer como estudante de economia e me ajudou a ver o potencial que temos dentro de nós.

De modo geral agradeço a todos os amigos e familiares que fizeram parte da minha vida e que de algum modo contribuíram para a minha educação.

E por fim, mas não menos importante, ao meu orientador, Prof.º Dr. Lauro Francisco Mattei, por ser sincero, persistente, por me dar força e a oportunidade de trabalhar como bolsista PIBIC (Programa de Iniciação Científica), pois este ano e meio de aprendizado foram muito importantes para a minha formação.

*Gosto de ver-te, grave e solitário,  
Sob o fumo de esquelida candeia,  
Nas mãos a ferramenta de operário,  
E na cabeça a coruscante ideia.  
E enquanto o pensamento delinea  
Uma filosofia, o pão diário  
A tua mão a labutar granjeia  
E achas na independência o teu salário.  
Soem cá fora agitações e lutas,  
Sibile o bafo aspérrimo do inverno,  
Tu trabalhas, tu pensas, e executas  
Sóbrio, tranquilo, desvelado e terno,  
A lei comum, e morres, e transmutas  
O suado labor no prêmio eterno.”*

(Machado de Assis)

## RESUMO

As mudanças estruturais do sistema de produção capitalista nas últimas décadas do século XX, impulsionadas pela terceira revolução tecnológica, pela abertura comercial e pela desregulamentação dos mercados, provocaram uma reestruturação em escala global. No Brasil este processo levou à precarização das relações de trabalho e ao aumento do desemprego, uma vez que as empresas passaram a buscar um sistema de relações de trabalho mais flexível visando reduzir custos e ampliar as margens de lucros. Essa tendência só começou a ser revertida no início do presente século, quando o país voltou a ter taxas de crescimento mais expressivas. Com isso, o mercado de trabalho voltou a crescer a um ritmo bem mais intenso. Durante o Governo Lula (2003-2010), estes resultados se intensificaram devido às prioridades dadas à esfera social, especialmente com a política de valorização do salário mínimo e com a ampliação dos programas sociais destinados ao combate da pobreza. Entre 2001 a 2012 houve expansão do produto interno bruto (PIB); dos empregos formais; foi instituída uma política permanente de valorização do salário mínimo; ampliou-se os programas sociais e incentivou-se a construção civil via o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Metodologicamente, as análises quantitativas estão baseadas nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE). O trabalho analisou a dinâmica do emprego em Santa Catarina à luz das transformações pela qual passou o mercado de trabalho. Como resultado, observou-se que a população economicamente ativa (PEA) ocupada cresceu a uma taxa de 1,7% ao ano entre 2001 e 2012 e, em contrapartida, os desocupados perderam participação relativa sobre a PEA catarinense. Observou-se, também, uma maior taxa de crescimento das mulheres no mercado de trabalho, comparativamente aos homens, tendência esta que vem sendo verificada em todo o país.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho; Formalização; Santa Catarina.

## RESUMEN

Los cambios estructurales del sistema de producción capitalista en las últimas décadas del siglo XX, impulsado por la tercera revolución tecnológica, por la apertura comercial y por la desregulación de los mercados, causaran una reestructuración en escala global. En Brasil este proceso llevo a la precarización de las relaciones del trabajo y al aumento en el desempleo, una vez que las empresas pasaran a buscar un sistema de relaciones del trabajo empezó a ser revertida en el inicio del presente siglo, cuando el país volvió a tener tasas de crecimiento mas expresivas. Con eso, el mercado de trabajo volvió a crecer a un ritmo muy intenso. Durante el Gobierno Lula (2003-2010), estos resultados se intensificaron debido a las prioridades dadas a la esfera social, especialmente con la política de valorización del salario mínimo y con la ampliación de los programas sociales destinados al combate de la pobreza. Entre 2001 a 2012 hubo expansión del producto interno bruto (PIB); de los empleos formales; fue instituida una política permanente de valorización del salario mínimo; se amplió los programas sociales y se incentivó a la construcción civil vía el Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC). Metodologicamente, las análisis cuantitativas están basadas en los datos de la Encuesta Nacional por Muestra de Domicilios (PNAD/IBGE) y de la Relación Anual de Informaciones Sociales (RAIS/MTE). El trabajo analizó la dinámica del empleo en Santa Catarina a la luz de las transformaciones por la cual a pasado el mercado de trabajo. Como resultado, se notó que la población económicamente activa (PEA) ocupada creció a una tasa de 1,7% al año entre 2001 y 2012 y, en homólogo, los desocupados perderan participación relativa acerca de la PEA catarinense. Se notó, también, una mayor tasa de crecimiento de las mujeres en el mercado de trabajo, relativamente a los hombres, tendencia esta que ha sido verificada en todo el país.

**Palabras-llave:** Mercado de Trabajo; Formalización; Santa Catarina.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Saldo da PIA, PNEA, PEA e condição de ocupação (Mil pessoas) e o ritmo de crescimento destas variáveis. SC, 2001 a 2012.....	39
Gráfico 2 - Distribuição das categorias de emprego para os empregados. SC, 2001 e 2012.....	42
Gráfico 3 - Distribuição da categoria de emprego para os trabalhadores domésticos. SC, 2001 e 2012.....	43
Gráfico 4 - Saldo de pessoas ocupadas nos setores de atividade econômica (Mil pessoas) e a taxa de crescimento média anual destes setores (%). SC, 2002 a 2012.....	46
Gráfico 5 - Taxas de desemprego históricas do Brasil e de Santa Catarina nos anos de 2001 a 2011. ....	48
Gráfico 6 - Saldo no total de emprego formal gerado por setor de atividade econômica (Mil) e suas respectivas taxas médias de crescimento anuais (%). SC, 2001 a 2012.....	53
Gráfico 7 - Proporção de PFT por faixa de remuneração nos anos de 2001 e 2012.....	55
Gráfico 8 - Evolução na composição do total do emprego formal por mesorregião (%). SC, 2001 e 2012.....	57

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Subdivisão da População em Idade Ativa e da População Economicamente Ativa.....	38
Figura 2 - Subdivisão da População Economicamente Ativa e dos ocupados.....	40

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da PIA, PNEA, PEA e da condição de ocupação (mil pessoas em 2001 e 2012 e a taxa de crescimento média anual de 2001 a 2012 em SC.....	38
Tabela 2 - Evolução da PEA, da condição de ocupação e da posição na ocupação no trabalho principal (Mil pessoas) em 2001 e 2012 e a taxa de crescimento média de 2001 a 2012 em SC.....	40
Tabela 3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (PIA) por condição de atividade na semana de referência, segundo sexo e situação do domicílio (mil pessoas) em 2001 e 2012. Taxa de crescimento média anual das variáveis (2001 a 2012) em SC.....	44
Tabela 4 - PEA ocupada e PFT em Santa Catarina, nos anos de 2001 e 2012 (mil pessoas) e a taxa de crescimento média entre 2001 a 2012.....	49
Tabela 5 - Distribuição dos PFT em SC entre 2001 a 2012.....	51
Tabela 6 - Total de PFT em SC por gênero nos anos de 2001 e 2012 e a taxa de crescimento média anual entre 2001 a 2012.....	52
Tabela 7 - Distribuição da taxa de participação dos PFT segundo setores de atividade em Santa Catarina nos anos de 2001 e 2012 e a taxa de crescimento média anual de 2001 a 2012.....	52
Tabela 8 - Distribuição dos PFT segundo faixa de remuneração em Santa Catarina nos anos de 2001 e 2012 e a taxa de crescimento média anual de 2001 a 2012.....	55
Tabela 9 - Distribuição dos PFT segundo mesorregiões de Santa Catarina nos anos de 2001 a 2012.....	56

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPI – Impostos sobre Produtos Industrializados  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PEA – Pessoas Economicamente Ativas  
PFT – Postos Formais de Trabalho  
PIA – Pessoas em Idade Ativa  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNEA – Pessoas Não Economicamente Ativas  
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

## SUMÁRIO

1. TEMA E OBJETIVO DO ESTUDO .....	14
1.1. Introdução .....	14
1.2. Objetivos.....	16
1.2.1. Objetivo Geral .....	16
1.2.2. Objetivos Específicos .....	16
1.3 Procedimentos Metodológicos .....	17
1.3.1 Conceitos .....	18
1.4. Estrutura do Texto .....	19
2. TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SEUS REFLEXOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO .....	20
2.1. Heranças das décadas anteriores a 1990.....	20
2.2. A realidade da década de 1990 .....	24
2.3 As mudanças que atingiram o mercado de trabalho nos anos 2000 .....	27
2.3.1 Ambiente interno e externo no início dos anos 2000 .....	27
2.3.2 Políticas de Emprego e Renda .....	29
2.3.3 Crise Financeira Internacional e a política de incentivo à demanda interna .....	32
3. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ENTRE OS ANOS DE 2001 A 2012 .....	35
3.1. Santa Catarina: sua economia e estrutura ocupacional.....	35
3.2. A dinâmica da população economicamente ativa catarinense.....	38
3.3. Condição do trabalho em Santa Catarina .....	40
3.4. Distribuição do emprego rural e urbano .....	44
3.5. Evolução da participação dos ramos de atividade na PEA ocupada .....	46
3.6. Desemprego .....	48
4. COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM SANTA CATARINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	50
4.1. O mercado de trabalho formal e os setores de atividade econômica.....	52
4.2. O mercado formal e a remuneração dos empregos formais .....	54
4.3. Contribuição das mesorregiões para o conjunto do emprego formal .....	56
5. CONCLUSÕES E PRINCIPAIS TENDÊNCIAS.....	59
REFERÊNCIAS .....	62

## **1. TEMA E OBJETIVO DO ESTUDO**

### **1.1. Introdução**

O final do século XX foi marcado por mudanças estruturais tais como a terceira revolução tecnológica, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados que caracterizaram a fase capitalista conhecida como o “período de globalização” na qual ocorreu a reestruturação do sistema produtivo.

O modo precipitado e desordenado com que o Brasil entrou no mundo globalizado trouxe impactos negativos sobre o mercado de trabalho, desfavorecendo a geração de emprego e renda e provocando sérios problemas de absorção da população economicamente ativa, o que gerou um aumento substancial da taxa de desemprego aberto (BALTAR, 2003).

A reestruturação produtiva resultou na precarização das relações de trabalho e na redução de postos de trabalho pelas empresas, que sob a égide da globalização e do receituário neoliberal, passam a buscar um sistema de relações de trabalho mais flexível. As políticas adotadas pelo Brasil a partir da década de 1990 visaram incorporar a economia nacional nesse cenário global de mudanças.

As grandes empresas reduziram o pessoal empregado na década de 1990, reagindo à abertura da economia e valorização da moeda nacional, com racionalização da produção e enxugamento do quadro de pessoal, mais tarde, com a expansão vigorosa das exportações depois de 1999, as empresas voltaram a empregar e continuaram a ampliar o emprego, apesar dos efeitos sobre o preço do dólar, do superávit da conta corrente do balanço de pagamentos e do alto nível das taxas de juros praticadas no país (BALTAR, 2010).

A partir de 1995, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, foram adotadas medidas legais que desregulamentaram e flexibilizaram a legislação trabalhista. Alguns autores afirmam que essa precarização das relações de trabalho, se deu em período de crescimento da taxa de desemprego e que, portanto, o que houve na realidade foi uma retirada de direitos dos trabalhadores. Este governo também deu continuidade ao processo de privatizações das empresas estatais que tinham importante papel estratégico no país, esse processo se deu devido ao receituário neoliberal que adotaram os governos a partir dos anos 1980, onde passaram a ser questionadas as funções do Estado (CARDOSO, 2004).

Essas mudanças no mercado de trabalho refletem a diminuição da participação das grandes empresas e órgãos públicos na absorção dos trabalhadores por conta própria que

foram agravadas pela terceirização das atividades antes realizadas por empregados dessas empresas e órgãos públicos. A ampliação do uso de terceiros responde pelo imenso aumento tanto do emprego nas pequenas empresas quanto do trabalho por conta-própria (BALTAR, 2010).

As tendências de ocupação que predominaram na década de 1990 foram totalmente invertidas. O cenário do mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000 é completamente diferente do ciclo anterior. O que se observa agora é que a taxa de desemprego parou de aumentar e começou inclusive a diminuir, os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho que vem crescendo com certa intensidade (BALTAR, 2010; CEPAL, 2008).

Durante os Governos Lula (2003-2010), estes resultados se intensificaram ainda mais devido às prioridades dadas à esfera social, especialmente com a política de valorização dos salários e com a ampliação dos programas sociais destinados ao combate da pobreza.

Estas políticas macroeconômicas que afetaram o mercado de trabalho brasileiro neste início do século XXI vão ao encontro de um dos oito grandes objetivos da Declaração do Milênio divulgado pelas Organização das Nações Unidas:

“O desenvolvimento e a erradicação da pobreza”, este objetivo tem metas de “libertar os nossos semelhantes das condições desumanas de pobreza extrema, reduzir pela metade o número de habitantes que passam fome, que têm rendimentos inferiores a um dólar por dia, promover a igualdade entre os sexos, proporcionar aos jovens a possibilidade real de encontrar um trabalho digno e produtivo, dentre outras metas” (ONU, 2000, p. 6-10).

Entre 2001 e 2012, houve uma série de indicadores do mercado de trabalho que melhoraram como o crescimento do emprego, o aumento da formalização, a redução dos empregos sem carteira assinada, a queda do desemprego e o aumento do salário mínimo, por exemplo.

Essa melhora expressiva desses indicadores se deu principalmente pela retomada do crescimento do PIB nacional, que é fundamental para que ocorra dinamismo no mercado de trabalho. Com o crescimento do PIB, a tendência é de que a taxa de desemprego diminua e que a participação do emprego assalariado na absorção de pessoas em trabalhos remunerados aumente e, também, contribui para aumentar a frequência relativa dos empregos assalariados que respeitam as leis trabalhistas (BALTAR, 2012).

A crise financeira internacional que eclodiu no segundo semestre de 2008 teve efeitos devastadores sobre o mercado de trabalho mundial, aqui no Brasil os efeitos não foram tão severos devido às políticas de incentivo à demanda interna adotada pelo Governo Lula neste

período, principalmente através do consumo de bens duráveis, com a redução de impostos que incidem sobre estes. Mas também com a continuidade do aumento do salário mínimo e com a ampliação da oferta de créditos.

Já no Governo Dilma (2011-2014), com o agravamento da crise externa e com o esgotamento do ciclo de consumo de bens duráveis, o mercado de trabalho dá sinais de desaceleração em 2011/2012. Desta forma, para haver um crescimento sustentável do PIB e, assim, continuar o bom desempenho que o mercado de trabalho vem desenvolvendo até então, o governo reduziu a taxa básica de juros da economia brasileira de modo a incentivar os investimentos para impulsionar o crescimento econômico (KREIN, 2013).

As consequências sobre a economia e as relações de trabalho causadas pela retomada do crescimento do PIB nos anos 2000, pelas políticas macroeconômicas de incentivo ao consumo interno no período da crise, e pela própria crise financeira internacional que assolou o mundo no segundo semestre de 2008, também atingiram o estado de Santa Catarina. Com uma estrutura produtiva diversificada e possuidora de um grau de formalização relativamente alto em relação às outras regiões brasileiras, o estado acompanhou as mudanças por que passou a economia nacional. Desta forma, o presente trabalho busca analisar a evolução do mercado de trabalho em Santa Catarina no período que compreende os anos de 2001 a 2012.

A pergunta que este trabalho procura responder é: como esse processo de mudanças dos anos 1990 para os anos 2000 ocorreu e quais as implicações dessa mudança para o mercado de trabalho catarinense.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Objetivo Geral**

Analisar a dinâmica do emprego total e do mercado formal no estado de Santa Catarina, à luz das transformações pela qual passou o mercado de trabalho.

### **1.2.2. Objetivos Específicos**

- a) Analisar as principais mudanças no mercado de trabalho à luz da dinâmica econômica do país;



- b) Analisar a dinâmica do conjunto do mercado de trabalho em Santa Catarina no início do século XXI;
- c) Analisar o comportamento e as tendências do emprego formal no estado de Santa Catarina.

### **1.3 Procedimentos Metodológicos**

Pretende-se fazer um estudo acerca das principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro no início do século XXI e observar as heranças deixadas pela década anterior, para atingir este objetivo pretende-se fazer uma revisão bibliográfica e documental a cerca das transformações em curso no mundo do trabalho e seus reflexos sobre Santa Catarina.

A pesquisa bibliográfica consiste na utilização da contribuição de diversos autores acerca de um tema específico, no caso mercado de trabalho. Na pesquisa documental foi utilizado os documentos de segunda mão, que já foram analisados como, por exemplo, relatórios de pesquisa (GIL, 2008).

Para analisar as principais mudanças do mercado de trabalho catarinense foi feito um estudo empírico tomando como referência os dados secundários da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), respectivamente.

A pesquisa se limita espacialmente para o estado de Santa Catarina e temporalmente entre 2001 e 2012. Tendo em vista que a PNAD só tem dados disponíveis até 2012 somado ao fato de que os dados da PNAD passaram por uma revisão metodológica em 2001, que buscou ampliar o conhecimento da população ocupada e desocupada, sendo esta última a tomada de providências efetivas à procura de trabalho, foram consideradas ações como: contato estabelecido com empregadores, prestação de concurso, inscrição em concurso, consulta a agencias de emprego, sindicatos ou órgãos similares, entre outras, o que dificulta a comparação com dados anteriores.

Além disso, registre-se que esta monografia é uma continuidade de um trabalho de pesquisa que já vem sendo realizado a mais de dez anos sob a coordenação do Prof.º Lauro Mattei. Neste intervalo de tempo já foram escritas diversas monografias, sendo que a última delas tratou da dinâmica do mercado de trabalho em Santa Catarina até os primeiros anos do

século XXI. Nesse sentido, a escolha do período acima referido é uma continuidade da série histórica de informações já sistematizadas.

Para verificar as possíveis tendências do mercado de trabalho catarinense será utilizado um modelo econométrico simples chamado *modelo semilog*, visando calcular as taxas de crescimento dos indicadores ao longo do tempo, bem como interpretar a consistência das referidas taxas. A fórmula de cálculo é  $(\ln Y_t = \beta_1 + \beta_2 t)$ , o modelo consiste na aplicação de uma regressão linear simples, com parâmetros  $\beta_1$  e  $\beta_2$  lineares, onde o regressando é o logaritmo de Y e o regressor é o “tempo” expresso em valores de 1, 2, 3 etc. A taxa de crescimento é obtida a partir do coeficiente de inclinação de  $\beta_2$  do modelo (GUJARATI, 2000).

### 1.3.1 Conceitos

#### *População Economicamente Ativa (PEA)*

Conforme as Notas Técnicas (2012) da pesquisa nacional por amostra de domicílio (PNAD), a PIA (População em Idade Ativa), que são as pessoas com 10 anos ou mais de idade, está subdividida entre as pessoas economicamente ativas (PEA) e as pessoas não economicamente ativas (PNEA). Esta última é composta pelas pessoas que não estão trabalhando e que não estão à procura de emprego na semana de referência, algumas literaturas chamam de desemprego voluntário.

As Pessoas Economicamente Ativas são compostas por pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência. São classificadas como ocupadas as pessoas que têm trabalho durante todo ou parte dessa semana de referência, inclusive as pessoas que estavam de férias, licença ou greve neste período. São classificadas como desocupadas ou desempregadas, as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procurar trabalho na semana de referência. O conceito e os dados referentes à PEA utilizado neste trabalho referem-se à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

#### *Taxa de Desemprego*

Indica a proporção da PEA que se encontra desocupado, e calcula-se da seguinte forma: Taxa de Desemprego =  $(n^\circ \text{ de desocupados}/\text{PEA}) * 100$ .

### *Emprego Formal e Informal*

A PEA ocupada se subdivide em sete categorias, que descrevem a condição em que o trabalhador está ocupado no mercado de trabalho. São elas, os empregados, os trabalhadores domésticos, os trabalhadores por conta própria, os empregadores, os trabalhadores na construção para o próprio uso, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os não remunerados. Dentro dos empregados existem os trabalhadores com carteira assinada e os sem carteira assinada, sendo o primeiro considerado um emprego formal por ser assalariado e devidamente regulamentado segundo uma legislação ou um estatuto. E o segundo, um emprego informal por se situar fora do mercado de trabalho protegido pela legislação.

#### **1.4. Estrutura do Texto**

O presente estudo está dividido em 5 capítulos, no primeiro encontra-se o tema e o problema do estudo, seus objetivos, procedimentos metodológicos, além de como está organizada a estrutura do mesmo.

O segundo capítulo aborda a revisão bibliográfica acerca do mundo do trabalho e suas transformações a luz da dinâmica econômica do país. No terceiro capítulo será analisada a dinâmica do mercado de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2012 com base nos dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O quarto capítulo contém as análises do comportamento dos dados sobre emprego e renda em Santa Catarina, além de suas principais tendências. Por fim, no quinto capítulo são apresentadas as considerações finais do trabalho.

## **2. TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SEUS REFLEXOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO**

O final do século XX foi marcado por grandes transformações estruturais que causaram impactos no mundo do trabalho. A mudança do modo de produção, aliada a outros fatores como a terceira revolução tecnológica, a nova divisão internacional do trabalho, a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e a maior atuação das empresas transnacionais, levaram a um processo de reestruturação produtiva, seguindo o receituário neoliberal que visa reduzir os custos e aumentar a produtividade do trabalho.

Essas mudanças que ocorreram a partir dos anos 1960/70 levaram ao colapso do sistema de produção fordista, que tinha atingido o seu ponto mais alto neste período, proporcionando até então uma fase de expansão e melhoria das condições de vida. Estas transformações estruturais pelas quais passaram as economias mundiais ajudam a compreender o triste cenário do mercado de trabalho vivido nos anos 1990 no Brasil, cenário este que nos anos 2000 será revertido, pelo menos em parte.

Este capítulo tem como objetivo identificar as transformações econômicas mundiais que caracterizaram os anos 1990 no Brasil, assim como aquelas responsáveis pela mudança nos rumos do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000.

Sendo assim, primeiramente serão abordadas as mudanças estruturais que precederam os anos 1990 que foram responsáveis pela conformação do mercado de trabalho neste período. Em seguida será apresentada a realidade vivenciada no mercado de trabalho na década de 90. E, por fim, o capítulo se encerra evidenciando as transformações que levaram à inflexão da maioria dos indicadores do mercado de trabalho nos anos 2000.

### **2.1. Heranças das décadas anteriores a 1990**

A liberalização econômica foi de encontro a um modelo econômico que tinha até meados de 1970 o Estado como regulador central da economia e que se encontrava, naquele momento, dilacerado. Ao mundo do trabalho restou mais uma vez sofrer os impactos dessa nova onda de liberalização que, sobre a égide do neoliberalismo, promoveu uma grande reestruturação produtiva (POCHMANN, 2001).

Os anos seguintes à Segunda Guerra Mundial até por volta de 1970 foram apelidados de “Os anos Dourados”, os quais presenciaram um crescimento econômico há muito não visto. A instabilidade econômica e as crises foram substituídas por expansão econômica e social, que giravam em volta do modelo fordista/keynesiano, que defendia o Estado como promotor do desenvolvimento e este exercia então diversas funções, ao contrário da ideologia neoliberal que defende a mínima presença do Estado na economia (OLIVEIRA, 1998).

Como planejador da economia o Estado visava não só o crescimento econômico, como também a promoção do pleno emprego. Como controlador dos gastos públicos e das taxas de juros, conseguiu uma rápida superação das retrações e o grande crescimento reabsorveu os trabalhadores eliminados pelo avanço tecnológico. Assim, o consumo aumentou juntamente com o emprego assalariado e a renda. A intervenção governamental que, nos países centrais, surgiu como modo de salvar o capitalismo da catástrofe do entre guerras, da grande depressão causada pelo livre mercado irrestrito e do medo do retorno do desemprego em massa, encontrou no modelo do *Welfare State* grande ênfase a proteção social (OLIVEIRA, 1998).

O *Welfare State* era um modelo de grande ênfase a proteção social e cabia ao Estado e aos sindicatos garantir que as empresas oferecessem boas condições e estabilidade aos trabalhadores, além de repassarem em aumento de salários os ganhos privados. O salário ideal seria aquele em que o trabalhador recebesse renda suficiente para ser também consumidor de sua produção. Desta forma, o padrão de produção em massa fordista/taylorista tinha como propósito usar o trabalhador não só como mão de obra, mas também como consumidor do produto de seu trabalho (HARVEY, 1993).

Os gastos do Estado direcionados às necessidades sociais básicas como saúde, educação e previdência social configuravam-se como um salário indireto, possibilitando o gasto do trabalhador em bens de consumo. Desse modo, tanto a regulação dos investimentos e a expansão do consumo privado e público, as políticas de planejamento e os interesses dos trabalhadores passaram a ser responsabilidade do Estado (OLIVEIRA, 1998).

O modelo fordista apoiava-se na produção em massa, onde em linhas de montagens o funcionário realizava uma das etapas da produção, ou seja, o trabalho era extremamente fragmentado. O tempo era um fator importantíssimo, otimizando assim a produção em série de bens homogêneos.

Paralelo à produção em larga escala deste modelo de produção, fragmentado e extremamente padronizado, havia a forte presença dos sindicatos e do Estado pressionando as

empresas para que os ganhos privados se traduzissem em aumentos de salários, garantindo estabilidades no emprego e boas condições de trabalho (OLIVEIRA, 1998).

Os Estados Unidos, berço do modelo de produção fordista, tornaram-se assim nação hegemônica, tanto política como militarmente. As instituições criadas nos Acordos de Bretton Woods, o Banco Mundial e o FMI, estavam subordinados à política americana, com o dólar ocupando o lugar da libra. A difusão do seu modelo de produção para o resto do mundo (primeiramente Europa e Japão, e depois países periféricos) marcou uma etapa de nova divisão internacional do trabalho, desenvolvimento e industrialização internacional (CARDOSO, 2004).

Porém, a partir dos anos 1970 esse crescimento é freado e o capitalismo ao encontrar o fim da Era de Ouro mais uma vez entra em crise. Em 1971 acontece o colapso do sistema financeiro de Bretton Woods, em 1972 o *boom* dos produtos e, em 1973, a crise da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). A expansão econômica do início dos anos 1970, acelerada por uma inflação e taxa de juros crescentes e acompanhada por um aumento dos salários sem aumento da produção, encontra ainda retração no consumo. A internacionalização do capital também dá indícios que o processo produtivo está dando lugar a uma esfera de perfil predominantemente financeiro (ANTUNES, 2002).

Com o domínio financeiro, as taxas de juros altas levam a um baixo investimento, resultando em lento crescimento econômico, que com o avanço tecnológico trás de volta o desemprego: a nova ordem econômica vai ser desvantajosa para os empregos e salários. A concorrência internacional, cada vez mais acirrada vai priorizar a redução dos custos acima de tudo. As relações de trabalho são flexibilizadas e o mercado de trabalho desregulamentado. O movimento sindical é enfraquecido criando condições para redução dos direitos trabalhistas e instabilidade no emprego (POCHMANN, 2002).

A chamada terceira revolução tecnológica onde surge o novo paradigma produtivo, foi desencadeada pelo Japão, esse novo modo de produção se caracteriza pela reestruturação industrial, pela diversificação da produção e pela intensificação do trabalho. Nesse processo produtivo, o computador desempenha um papel importantíssimo, é a principal arma de trabalho e de gestão empresarial, constituindo a infraestrutura essencial da economia (CARDOSO, 2004).

Em meio a esse cenário, a globalização financeira e a terceira revolução industrial, ou revolução tecnológica, surgiram como uma tentativa de resposta à crise (MATTOSO, 1998). O progresso técnico na automação industrial e informática se deu com a incorporação das novas tecnologias nos processos produtivos iniciando um novo modelo padrão de

produção completamente diferente do anterior, dominado, dessa vez, por um modelo japonês: *just in time* (COUTINHO, 1992).

A década de 1980 foi marcada por profundas transformações no mercado de trabalho e no modo como este se insere na estrutura produtiva. A mudança da produção em massa fordista para a produção flexibilizada e especializada do modelo japonês *just in time*, transformou as formas de organização e gestão da produção. O novo modelo utiliza as inovações tecnológicas que otimizam o tempo e reduzem a participação da mão de obra visando à produção com estoques controlados e a especialização de empresas em partes que integram o processo de montagem (ANTUNES, 1997, 2002). Coutinho (1992) atribui o surgimento deste novo paradigma industrial às novas tecnologias de automação flexível, que reestruturaram profundamente as indústrias de bens de capital e serviços, quando articuladas por processos de engenharia.

O novo modelo de produção tem um padrão de acumulação flexível que causa rápidas transformações nos padrões produtivos, tanto setoriais como também entre as regiões geográficas. Para Harvey (1993), esse movimento cria uma grande mudança do emprego no setor de serviços.

Do ponto de vista do trabalhador, nessa fase de mudança do modo de produção, a principal alteração é que para garantir melhor qualidade e o melhor tempo, o trabalhador quebra com a estrutura uma máquina/um trabalhador e passa a operar várias máquinas, havendo uma flexibilização da produção (ANTUNES, 1997).

A tecnologia, ou melhor dizendo o acesso a ela, tornou-se um motivo de assimetria entre as diferentes nações, pois os possuidores de tal tecnologia são os países centrais restando às economias periféricas e semiperiféricas o papel de “receptor de tecnologia e não de inovador tecnológico” (CARDOSO, 2004, pág. 41). A tecnologia acaba então não só por marginalizar como também por excluir muitos trabalhadores do mercado de trabalho.

Rifkin, citado por Cardoso (2004) afirma que a tecnologia que levou ao fim dos empregos, trouxe mais prejuízos sociais do que vantagens. Os setores expulsos do setor produtivo não são os mesmos que estão sendo reabsorvidos pelo novo modelo (CARDOSO, 2004).

A reestruturação industrial, a produção em pequena escala de vários modelos de produto e o aumento da intensificação do trabalho são as principais características desse novo modo de produção. Essa reestruturação, no entanto, impactou de forma negativa o mercado de trabalho. “O avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de

trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, p. 34).

Neste contexto, os programas de reformas macroeconômicas implementados pelos países periféricos por orientação das agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), contribuíram no sentido de rebaixar ainda mais os custos do trabalho através de uma série de medidas: contratos de trabalho temporário; contratos com encargos sociais reduzidos; flexibilização da jornada de trabalho (CARDOSO, 2004).

Devido ao forte incentivo à industrialização, entre os anos de 1950 a 1980, o Brasil viveu o período de ouro do capitalismo, com grande crescimento da produção. Todavia, a partir de 1980 a economia brasileira perde seu dinamismo e entrou em crise. A crise da economia abriu caminho para a implementação, no início da década seguinte, do modelo neoliberal no Brasil (MATTEI, 2012).

## 2.2. A realidade da década de 1990

As políticas econômicas influenciadas pelo novo modelo de produção estimulavam a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e a privatização das empresas estatais. Como consequência, observa-se que durante a década de 1990 ocorreram mudanças na legislação trabalhista, enfraquecimento dos sindicatos, expansão do desemprego e ampliação das ocupações informais (POCHMANN, 2002).

Devido ao processo inflacionário que marcou a década de 1980 na década seguinte foram adotadas estratégias de estabilização econômica neoliberais propostas no Consenso de Washington, como a abertura comercial completa, privatizações, desregulamentação da economia, manutenção de um Estado mínimo e flexibilização dos direitos trabalhistas. Portanto, o processo de desestruturação do mercado de trabalho na década de 1990 não pode ser compreendido sem levar em consideração às políticas macroeconômicas adotadas, que inseriram o país no mundo globalizado (VENTURI, 2007).

As privatizações foram uma das reformas implementadas no Brasil no início da década de 1990 e que ganhou força no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), foram privatizados total ou parcialmente alguns setores essenciais para o desempenho econômico nacional, como os setores de telecomunicações, transportes e eletricidade. (MATTEI; LINS, 2010).



A abertura econômica permitiu a entrada de produtos importados que eram mais baratos, fazendo com que a concorrência no mercado interno brasileiro ficasse mais acirrada, fazendo com que diversos setores da economia necessitassem de uma reestruturação produtiva, buscando por avanços em produtividade e em competitividade. Além disso, a política de valorização cambial fez com que as empresas exportadoras ficassem em uma posição ainda mais grave frente aos concorrentes internacionais. O modo abrupto como ocorreu a abertura comercial no Brasil fez com que os seus benefícios, como a modernização tecnológica e gerencial, demorassem a chegar para as empresas nacionais, muitas delas foram a falência neste período. (VENTURI, 2007).

Estritamente do ponto de vista da política econômica, ao longo da década de 1990 foram reduzidas as tarifas de importações, o que fez com que a produção doméstica fosse substituída pelos produtos importados, o que impactou negativamente na capacidade de geração de emprego. Após 1994 esse processo de aumento das importações se intensificou devido à sobrevalorização cambial estabelecida pelo Plano Real. A entrada facilitada de importados contribuiu para a atualização tecnológica de setores industriais e, por consequência, para os ganhos de produtividade, sendo também este um fator que pode explicar a menor geração de empregos, visto que os incrementos em tecnologia são poupadores de mão-de-obra (CARDOSO, 2004).

O modo precipitado e desordenado com que o Brasil entrou no mundo globalizado trouxe impactos negativos sobre o mercado de trabalho, desfavorecendo a geração de emprego e renda e provocando sérios problemas de absorção da população economicamente ativa, o que gerou um aumento substancial da taxa de desemprego aberto (BALTAR, 2003).

A revolução tecnológica e a automação, que possibilitaram grande avanço e aumento da produção, aniquilaram milhares de postos de trabalho e trouxeram consigo o desemprego estrutural, pois o papel do trabalhador foi diminuído frente às máquinas. O fim da fiscalização do Estado e dos sindicatos possibilitou o surgimento de formas de contratações inseguras tais como a terceirização, trabalho temporário e trabalho em tempo parcial (POCHMANN, 2002; ANTUNES, 1997; OLIVEIRA, 1998).

Uma série de inseguranças foram introduzidas no mercado de trabalho brasileiro, o desemprego aumentou, surgiram formas precárias de contratação e os salários praticados no mercado informal eram baixos. Dado o poder de barganha dos patrões frente a massa de trabalhadores desempregados nesse período, muitos dos trabalhadores se submeteram à formas precárias de contratação e também de remuneração. Os anos 90, “desestabilizaram as redes de segurança alinhadas até aquele momento e o desemprego cresceu exacerbadamente, a

renda caiu de forma contínua e os trabalhadores perderam ganhos de cláusulas” (VENTURI, 2007, p. 30).

O cenário político neoliberal priorizou a dinamização do processo de globalização e modernização defendendo as desregulamentações e as flexibilizações em detrimento das políticas públicas de crescimento e proteção. O trabalho sem carteira assinada, o emprego informal, passa a ser assim uma das alternativas ao desemprego (OLIVEIRA, 1998).

No final da década de 1990 o desemprego, causado por essas medidas de cunho neoliberal, não se reduziu. Assim, em todo o período a geração de emprego não acompanhou o crescimento do PIB do país. Segundo Cardoso (2004), a abertura econômica indiscriminada e a distribuição internacional do trabalho na economia mundial explicam muito desse comportamento adverso.

Especificamente em relação ao mundo do trabalho, a partir de 1995 foram adotadas medidas legais que desregulamentaram e flexibilizaram a legislação trabalhista. Alguns autores afirmam que essa precarização das relações de trabalho se deu em período de crescimento da taxa de desemprego e que, portanto, o que houve na realidade foi uma retirada de direitos dos trabalhadores (CARDOSO, 2004).

As grandes empresas diminuíram o emprego na década de 1990 em reação à abertura da economia e valorização da moeda nacional, com racionalização da produção e enxugamento do quadro de pessoal, voltando a empregar mais fortemente apenas depois de 1999 e continuaram a ampliar o emprego com a expansão vigorosa das exportações, apesar dos efeitos sobre o preço do dólar, do superávit da conta corrente do balanço de pagamentos e do alto nível das taxas de juros praticadas no país (BALTAR, 2010).

As tendências da ocupação que predominaram na década de 1990 foram totalmente invertidas. O cenário do mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000 é completamente diferente do ciclo anterior.

O que se observa neste início do século XXI, é que a taxa de desemprego parou de aumentar e começou inclusive a diminuir gradativamente, observando-se que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho que vem crescendo com certa intensidade (BALTAR, 2010; CEPAL, 2008).

### 2.3 As mudanças que atingiram o mercado de trabalho nos anos 2000

Após um longo período de inflação elevada e crescimento econômico estagnado, finalmente o Brasil segue um rumo de expansão e crescimento que alcança também o mercado de trabalho.

O cenário do mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos 2000 é completamente o oposto do cenário vivenciado na década de 1990. Nos anos 2000, se tem uma melhora significativa de todos estes indicadores, com o crescimento da economia foi possível a expansão do emprego assalariado, e esta expansão se deu principalmente na categoria de emprego que respeita as leis trabalhistas, aumentando consideravelmente o grau de formalização neste período (KREIN, 2013).

Simultaneamente a este processo de expansão do emprego formal houve uma redução proporcional dos postos de trabalho sem carteira assinada, reduzindo assim a informalidade no país. Com o crescimento do emprego, as subcontratações e as flexibilizações reduziram, dando condições para uma maior estruturação do mercado de trabalho no Brasil, e possibilitou que a taxa de desemprego nos anos 2000 seguisse uma trajetória de contínua e gradual redução do seu percentual.

Houve também neste período um aumento também contínuo e gradual do salário mínimo, o que fez com que o poder de compra da população aumentasse e de certo modo diminuísse um pouco a desigualdade no país.

#### **2.3.1 Ambiente interno e externo no início dos anos 2000**

O resultado positivo que o Brasil vem conquistando no mercado de trabalho se deve principalmente a uma fase positiva na economia internacional, que a partir de setembro de 2008 se esgota devido à crise internacional que eclodiu primeiramente nos Estados Unidos e depois se espalhou por todo o mundo. A continuidade ou não do bom desempenho da economia brasileira, e particularmente do mercado de trabalho, vai depender, além da situação internacional, da escolha de novos rumos para o crescimento econômico do país (KREIN, 2013).

Após um longo período de um insignificante crescimento dos postos de trabalho formais no Brasil, a partir da desvalorização do real em 1999, o ritmo de crescimento destes postos de trabalho protegidos pela legislação trabalhista aumentou consideravelmente (BALTAR, 2010).

A recuperação do crescimento econômico é uma das razões que podem corroborar para a explicação deste fenômeno, pois com o crescimento da economia há uma expansão das atividades nos setores mais estruturados da economia, fazendo com que haja um movimento natural de transferência dos trabalhadores do setor informal para o setor formal. Porém, o crescimento econômico não é capaz de sustentar sozinho a trajetória crescente do número de carteiras de trabalho assinadas, além dele também foram importantes nesse processo a melhoria na eficiência das atividades de fiscalização e inspeção do mercado de trabalho (IPEA, 2009).

A contenção da inflação era uma das preocupações que configuravam um conjunto de incertezas quando o ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições em 2002. Por ser um representante de um partido de esquerda, se questionava a manutenção das políticas adotadas pelo governo anterior de controle inflacionário, visto que, este foi um entrave ao crescimento econômico nos anos 1980 (BARBOSA, 2013).

A continuidade das políticas macroeconômicas de metas inflacionárias implementadas no governo anterior, levou a uma redução da inflação e a um crescimento mais intenso do PIB a partir de 2004, impactando positivamente o consumo e o investimento.

É sabido que o crescimento da economia é de suma importância para que ocorra um maior dinamismo no mercado de trabalho e este possa então se desenvolver tanto quantitativamente como qualitativamente, ou seja, aumentar o volume de trabalhadores nas categorias de emprego mais bem estruturadas (BALTAR, 2010).

A continuidade do desempenho da economia, com os seus reflexos positivos no comportamento do mercado de trabalho, tornou possível o prosseguimento do processo de formalização e a contínua redução dos vínculos de trabalho precários. Em decorrência do processo de expansão da ocupação, houve queda no grau de informalidade, indicador que engloba as participações dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, por conta própria e não remunerados, no total dos ocupados. Além disso, a expansão da ocupação refletiu, também, na melhoria dos indicadores de desemprego (IPEA, 2007).

No início dos anos 2000, com a desvalorização do real, em 1999, a ampliação do produto interno bruto (PIB) brasileiro se deu por meio da ampliação das exportações,

principalmente das *commodities* primárias, com destaque para minério de ferro, açúcar de cana, carne bovina e de frango, suco de laranja, soja e café (MONTAGNER, 2009).

De 1999 a 2003, houve uma redução do poder de compra da renda média da população economicamente ativa ocupada no Brasil, devido à desvalorização do real em conjunto com um aumento da inflação neste período, e com a política macroeconômica adotada que para evitar uma inflação ainda maior, preservou a abertura comercial e financeira realizada nos anos 90 (BALTAR, 2009).

A partir de 2004 o crescimento econômico vai ser impulsionado, principalmente, pelo consumo das famílias que tiveram um aumento da capacidade de compra, através dos resultados das políticas macroeconômicas implementadas no Governo Lula (2003-2010), como por exemplo, o controle da inflação, a valorização do salário mínimo, a ampliação do crédito, a redução da taxa de juros (BALTAR, 2010).

### **2.3.2 Políticas de Emprego e Renda**

A desvalorização do real (1999) no Brasil marcou um momento de inflexão significativo para o mercado de trabalho, que a partir deste período seguiu uma trajetória de crescimento, com destaque para o emprego assalariado com vínculo de trabalho reconhecido com registro na carteira de trabalho. A maior estruturação do mercado de trabalho e sua trajetória crescente foram possíveis não só porque as grandes empresas voltaram a contratar, já que a desvalorização do real torna o ambiente mais propício para as exportações, mas também porque os mecanismos de regulação e de fiscalização sobre o trabalho foram ampliados (MORETTO, 2010).

Entre 2001 e 2012, houve uma série de indicadores do mercado de trabalho que obtiveram uma melhora significativa. Com o crescimento da economia foi possível a expansão do emprego assalariado, e esta expansão se deu principalmente na categoria de emprego que respeita as leis trabalhistas, aumentando consideravelmente o grau de formalização neste período, a redução dos empregos sem carteira assinada, a queda do desemprego e o aumento do salário mínimo, por exemplo (KREIN, 2013).

Durante os Governos Lula (2003-2010), estes resultados se intensificaram ainda mais devido às prioridades dadas à esfera social, especialmente com a política de valorização dos salários e com a ampliação dos programas sociais destinados ao combate da pobreza.

Além da situação externa favorável e da expansão da economia neste período, existiram outros elementos que influenciaram positivamente para que o mercado de trabalho prosperasse. Houve um conjunto de incentivos que o Governo Federal, através de políticas públicas, deu às empresas para que estas ampliassem o volume de trabalhadores com carteira assinada.

No ano de 2002 foi ampliado o programa de microcrédito no intuito de expandir a capacidade de financiamento dos empreendimentos de pequeno porte no Brasil. No mesmo segmento que este, em 2004 foi criado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), este por sua vez objetivava incentivar e geração de emprego e renda nas microempresas. Mais tarde, no ano de 2009, devido aos impactos negativos que a crise financeira poderia proporcionar no mercado de trabalho, foram fixadas regras mais claras que condicionam o empréstimo de recursos públicos à geração ou manutenção de postos de trabalho como contrapartida social das empresas (CARLEIAL, 2010).

Em 2003 foi criado o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (Lei nº10.748/2003) que incorpora segmentos insuficientemente cobertos, voltado para a inserção de jovens entre 16 e 24 anos, de baixa renda e com um grau de escolaridade baixo, no mercado de trabalho, em 2006 foi instituída uma nova modalidade, a da Juventude Cidadã, que proporciona a qualificação sócio-profissional (IPEA, 2006).

A partir de 2003 o Brasil evitou o aprofundamento do grau de desestruturação do mercado de trabalho, para isso, implementou-se algumas políticas como a lei geral da micro e pequena empresa e do empreendedor individual, permitindo com que houvesse uma crescente expansão da formalização do mercado de trabalho. Essa expansão dos empregos formais tem refletido a retomada contínua do crescimento econômico pelo mercado interno (POCHMANN, 2011).

Em 2008 houve o lançamento do II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e de uma comissão responsável, sendo que o primeiro foi lançado em 2003. As principais ações buscam melhorar a execução desse novo plano, são elas a prevenção, a reinserção dos trabalhadores e repressão econômica.

Em 2003, foram criadas também comissões responsáveis por assuntos ligados ao direito do trabalho, às relações trabalhistas e à inspeção do trabalho, que buscam a melhoria das condições do ambiente de trabalho, a redução dos empregos informais, a proteção legal do trabalhador.

Foi instituído em 2004 o Convênio Plurianual Único que foi criado com o intuito de atenuar a gravidade dos impactos causados pelo reordenamento do mercado de trabalho,

promovendo uma integração entre os sistemas de seguro desemprego, intermediação de mão-de-obra, qualificação e certificação profissional. Neste mesmo ano foram criados Planos Setoriais de Qualificação - PlanSeQs, que fazem parte do Plano Nacional de Qualificação, que pretendem atender as necessidades emergenciais, estruturais e setoriais de qualificação. Os PlanSeQs integram as políticas de desenvolvimento e emprego, articuladas com oportunidades concretas de ocupação dos novos postos de trabalhos gerados (MTE, 2008).

No ano de 2007 foi criado o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS, Lei nº 11.491/2007), a aplicação dos recursos do FGTS é destinado à investimentos em empreendimentos em setores de infraestrutura. Neste mesmo ano, foi determinada uma política de longo prazo de valorização do salário mínimo até 2023.

Após a implantação do Plano Real em 1994, com a contenção do aumento da inflação que estava corroendo os salários da população, o salário mínimo vem recuperando o seu poder de compra.

Em 2004, através das pressões exercidas pelas centrais sindicais para sinalizar a importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo, o salário mínimo no Brasil iniciou sua trajetória de crescente valorização. Em decorrência disso, em 2007, foi instituída uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023 (DIEESE, 2013).

Portanto, a valorização real do salário mínimo se intensificou quando o Governo Federal se comprometeu pela promoção do crescimento contínuo de seu valor real, estabelecendo como política um sistema de reajuste anual que incorpora a inflação do ano anterior mais a variação média do PIB dos últimos dois anos, garantindo assim que o salário mínimo aumente de acordo com o crescimento econômico. Estudos mostram que entre 2003 e 2008 a valorização do salário mínimo foi bem acima da inflação neste período, o que resultou em ganhos reais de 38,3% aos trabalhadores (BALTAR, 2010).

Não houve um aumento real do salário mínimo até 2003, e sim uma redução do poder de compra da população, pois este período foi marcado pelo aumento da inflação e pelo baixo nível de atividade econômica, assim a política macroeconômica agiu de forma a evitar um aprofundamento inflacionário. Já entre 2003 e junho de 2009, segundo Carleial (2010), o valor real do salário mínimo aumentou 60%.

A valorização do salário mínimo alinhado a continuidade da expansão do emprego assalariado e formalizado rompeu com a perspectiva dos governos neoliberais dos anos 1990, quando predominava a ideia de que a valorização do salário mínimo traria consigo o desemprego e a ampliação dos postos informais de trabalho (POCHMANN, 2013).

Um conjunto de políticas de emprego e renda foram adotadas neste início do século XXI, de incentivo à expansão do emprego, de inserção do jovem no mercado de trabalho, de qualificação do trabalhador, de valorização do salário mínimo, de extermínio do trabalho escravo e infantil, dentre outras. Este conjunto de medidas resultou na expansão do emprego, principalmente do emprego formal no Brasil, realidade que também se verifica no estado de Santa Catarina.

### **2.3.3 Crise Financeira Internacional e a política de incentivo à demanda interna**

O Brasil expandiu o PIB, os empregos formais, os investimentos, o mercado interno, instituiu uma política de valorização do salário mínimo em 2007 que atinge 25 milhões de trabalhadores e 18 milhões de aposentados, ampliou o programa social “Bolsa Família”, incentivou o segmento da construção civil, instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que através de investimentos estimula fragmentos importantes da economia, como a infraestrutura, a logística e a energia (CARLEIAL, 2010).

Assim como o Brasil, os outros países subdesenvolvidos que não foram atingidos diretamente pela crise financeira internacional sofrem indiretamente seus impactos através da redução do crédito internacional, das especulações, da redução dos preços das *commodities*, da queda da demanda internacional que reduz o nível de exportações e também de acordo com a quantidade de empresas transnacionais instaladas no país. Ou seja, a crise afetou também aqueles países que fizeram a lição de casa e haviam se submetido às regras impostas pelo Consenso de Washington, e que, apesar disso, estavam conseguindo se desenvolver (CARLEIAL, 2010).

Algumas medidas foram tomadas para que o impacto da crise no Brasil não fosse tão devastador, para que o mercado interno não sofresse tanto com a restrição de crédito, o Governo brasileiro aumentou a liquidez tanto para as empresas quanto para os bancos. Além disso, foram ampliadas as medidas de combate à pobreza e os investimentos com o PAC. Para fomentar os investimentos e o consumo, a fim de se evitar uma queda maior do nível de atividade econômica, foram adotadas uma série de desonerações tributárias, como por exemplo, a redução do IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados), primeiramente no setor automotivo, expandindo posteriormente também para outros bens de consumo duráveis. Houve também neste período uma redução de tributação sobre investimentos e uma desoneração permanente do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, de modo a desonerar principalmente a faixa da classe média. A taxa de juros Selic foi reduzida. O aumento da



oferta de crédito por parte do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e, principalmente, do BNDES se deu especialmente para investimentos de longo prazo em infraestrutura. E por fim, o Governo lançou o Minha Casa Minha Vida, um programa de investimento habitacional, que tem por objetivo ampliar o acesso à moradia das pessoas com baixa renda (BARBOSA, 2013).

Os efeitos da crise, que eclodiu no segundo semestre de 2008, foram devastadores sobre o mercado de trabalho mundial, aqui no Brasil os efeitos não foram tão severos devido às políticas de incentivo à demanda interna adotada pelo Governo Lula neste período, principalmente através do consumo de bens duráveis, com a redução de impostos que incidem sobre estes. Mas também com a continuidade do aumento do salário mínimo e com a ampliação da oferta de créditos, ou seja, com a continuidade das políticas de emprego e renda.

Segundo Carleial (2010, p.33), “num primeiro momento da eclosão da crise, houve um forte movimento de defesa da flexibilização da legislação trabalhista, suspensão de contratos de trabalho e negociações específicas entre empregadores e empregados.” No entanto, o Governo conteve as pressões para a flexibilização e passou a fixar regras mais claras que condicionam o empréstimo de financiamento público à geração ou manutenção de postos de trabalho como contrapartida das empresas beneficiárias, abrindo espaço para a discussão de novas institucionalidades na relação entre empresas e Governo (CARLEIAL, 2010).

Para haver um crescimento sustentável do PIB e, assim, continuar o bom desempenho que o mercado de trabalho vem desenvolvendo até então, o governo reduziu a taxa básica de juros da economia brasileira de modo a incentivar os investimentos para impulsionar o crescimento econômico nesta fase de crise. No entanto, já no final de 2010, na esperança de que o pior da crise já tinha passado, o Governo decide restringir a política monetária para que a economia possa seguir “caminhando com as próprias pernas” (KREIN, 2013).

No Governo Dilma (2011-2014), com o intuito de frear a inflação foi dada continuidade na política monetária restritiva, com o aumento gradual da taxa básica de juros, a Selic, além de reduzir os gastos públicos. Porém, deu-se continuidade às conquistas sociais, mantendo a política de valorização do salário mínimo e expansão da proteção social e do combate à pobreza (BARBOSA, 2013).

Contudo o ritmo de crescimento do PIB brasileiro dá sinais de desaceleração no período de 2011 a 2012, resultado da redução da demanda interna, devido tanto às medidas restritivas adotadas no final de 2010 e começo de 2011, quanto ao sentimento de incerteza com relação ao futuro da economia mundial. Além, é claro, da redução da demanda externa devido à situação econômica de alguns países exportadores. Com o agravamento da crise

externa e com o esgotamento do ciclo de consumo de bens duráveis, o mercado de trabalho dá sinais de desaceleração (KREIN, 2013).

Os efeitos sobre a economia e as relações de trabalho causados pela retomada do crescimento econômico no início do século XXI, pelas políticas macroeconômicas com caráter anticíclico, de incentivo à demanda interna no período da crise, e pela própria crise financeira internacional que atingiu o mundo em 2008, também atingiram o estado de Santa Catarina. O estado acompanhou as mudanças por que passou a economia nacional, portanto, este trabalho busca analisar no próximo capítulo, a evolução do mercado de trabalho em Santa Catarina no período de 2001 a 2012.

### **3. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ENTRE OS ANOS DE 2001 A 2012**

Este capítulo apresenta algumas características gerais do mercado de trabalho catarinense, mostrando sua evolução e principais tendências entre os anos de 2001 a 2012.

A primeira seção trata de aspectos da formação econômica do estado de Santa Catarina e o movimento do mercado de trabalho catarinense para se adequar as mudanças econômicas e estruturais ao longo dos anos 1990 e 2000.

A segunda seção mostra a dinâmica da população economicamente ativa catarinense a partir de 2001 até 2012, analisando suas principais características. A terceira seção apresenta a forma com a qual a população economicamente ativa ocupada está dividida, indicando a posição na ocupação que se encontra os trabalhadores no mercado de trabalho catarinense.

Na quarta seção mostra a distribuição do emprego rural e urbano catarinense. Na quinta seção do trabalho será exposta a maneira como está distribuída a população economicamente ativa ocupada entre os ramos de atividade no estado. Por fim, a última seção faz uma comparação da tendência histórica da taxa de desemprego aberto do Brasil com Santa Catarina de 2001 a 2012.

#### **3.1. Santa Catarina: sua economia e estrutura ocupacional**

Para analisar o comportamento do mercado de trabalho em Santa Catarina nestes últimos onze anos é preciso compreender o processo de formação do estado. A evolução do mercado de trabalho catarinense responde principalmente à dinâmica da economia nacional, portanto, os impactos causados pelas transformações econômicas e pelas políticas macroeconômicas adotadas são sentidos também pela população catarinense.

A formação econômica de Santa Catarina no final do século XIX demonstrava um padrão de crescimento econômico que historicamente aparece desde a ocupação do território e de sua demarcação ditando o ritmo das atividades, mesmo que de maneiras diferenciadas nos espaços mesorregionais. Este desenvolvimento econômico e social se deu com base na articulação da economia catarinense ao padrão de crescimento brasileiro, assim como a intervenção dos governos estaduais e federais que buscavam superar os obstáculos que estavam postos nesse processo. (SANTOS, ARUTO, 2012)

Santa Catarina teve grande influência, em sua economia, da estrutura nacional. Em 1970, o estado sofreu efeitos da crise econômica do país – período que ficou conhecido como “milagre econômico”. Em 1980, ainda houve queda na economia catarinense que teve como marco desse processo o ano de 1983, pois teve um resultado mais agudo, com variação negativa da ordem de 3,8%. Não se compara a 1970, mas até o final desta década o PIB conseguiu se recuperar. No início da década de 1990, ocorre outra recessão no estado, relacionada com as adversidades provocadas pelas medidas de política do governo Collor, no entanto, já em 1994, com o Plano Real e a estabilização da moeda brasileira as taxas de crescimento do estado se equivaleram, ou até mesmo superaram, àquelas apresentadas pelo País (MATTEI; LINS, 2010).

No Brasil, as políticas adotadas a partir da década de 1990 visavam inserir a economia nacional ao quadro de mudanças pelas quais o mundo estava passando. Estas trouxeram efeitos negativos também sobre o mercado de trabalho catarinense.

Os anos de 1990 foi um período de grandes transformações na socioeconomia catarinense, relacionada diretamente com o nível e a qualidade das ocupações do mercado de trabalho, como ocorreu em todo o país (SANTOS, ARUTO, 2012). A economia catarinense foi fortemente condicionada pelo desenvolvimento da economia brasileira – estabilização econômica e abertura comercial. As mudanças estruturais na economia catarinense ocorreram dentro deste cenário com a redução das atividades produtivas e a reestruturação do parque industrial. As crises enfrentadas pela economia do país afetaram a dinâmica produtiva e a reestruturação industrial catarinense. A política cambial do Plano Real amplificou a entrada de importados e forçou a reestruturação de muitas empresas por uma modernização tecnológica e organizacional. Em Santa Catarina ocorreu uma forte reestruturação do setor têxtil, do setor da cerâmica e do setor eletro-metal-mecânico. E a partir de então o mercado de trabalho do estado catarinense passou a ter problemas de exclusão e desemprego e o aumento de ocupações informais, desprotegidas e precarizadas, e um aumento abundante das ocupações do setor terciário. (VENTURI, 2007)

O Brasil no início da década de 1990 teve significativo fortalecimento de políticas neoliberais com o modelo de um Estado regulador da economia, que teve como consequências a implementação de reforma no papel do Estado, como as privatizações das empresas e serviços públicos, e a abertura econômica sem precedentes. Nesta nova fase estavam presentes a reestruturação produtiva, a liberalização dos fluxos de capitais e a desregulamentação dos mercados, que obtiveram impactos visíveis sobre o mundo do trabalho. O país estava diante de um aumento e facilidade de importação de produtos e a

estrutura produtiva catarinense não escapou desse processo. (SANTOS, ARUTO, 2012) Em parte este processo está relacionado ao desenvolvimento tecnológico, pois acelera as transformações qualitativas do trabalho e a distribuição setorial do emprego, com o objetivo aumentar a produtividade e reduzir os custos (MATTEI, LAVRATTI, PELED, 2013).

A reestruturação produtiva foi amplamente adotada pelas empresas catarinenses, nos mais diversos setores – atividades eletro-metal-mecânicas, têxtil-vestuarista, cerâmico e agroindústria de suínos e aves (SANTOS, ARUTO, 2012). Os resultados da reestruturação produtiva podem ser avaliados a partir do comportamento do PIB estadual. Segundo Lins e Mattei (2010), Santa Catarina inicia a década de 1990 mergulhada em um retrocesso, refletindo as adversidades que a economia brasileira como um todo passava. Nos anos pós 1994, a economia tem um desempenho satisfatório, mesmo com o aumento da concorrência e abertura comercial. “Esse resultado está relacionado ao processo de reestruturação realizada na região que logrou aumentos de produtividade e assim permitiu obter maiores condições de concorrência nos mercados” (SANTOS, ARUTO, 2012, p. 09).

Assim como na esfera nacional, o estado também conseguiu reverter essas tendências a partir dos anos 2000, visto que com a desvalorização do real as empresas exportadoras são beneficiadas e demandam mais trabalhadores, assim sendo, o que se observa é que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho. O bom desempenho do mercado de trabalho foi ampliado e sustentado no Governo Lula devido às prioridades dadas na esfera social, com a reestruturação das políticas de emprego e ampliação dos programas sociais voltados ao combate da pobreza (MATTEI, LAVRATTI, PELED, 2013).

Os primeiros anos do século XXI revelaram efeitos do novo processo recessivo vivido pelo país, com taxas bastante baixas – nos anos de 2002-2003, em 2004 o estado superou a média nacional, e em 2005 o PIB de Santa Catarina teve uma forte retração, assim como o comportamento em escala nacional (MATTEI; LINS, 2010).

O estado de Santa Catarina, possuindo uma estrutura produtiva diversificada, contando com uma forte participação do setor agrário exportador e expressiva produção industrial, observou e presenciou as mudanças que a economia nacional apresentou e, mais recentemente, o processo de expansão das atividades econômicas bem como dos níveis de emprego (MATTEI, LAVRATTI, PELED, 2013).

“De algum modo, no seio dessa tendência, uma nova dinâmica da economia catarinense ganha contornos mais fortes e uma visibilidade crescente, incluindo a maneira como se dá a sua participação na economia nacional. Na base, encontra-se o fato de que a estrutura produtiva do estado fornece mercadorias de considerável

penetração em mercados tanto internos quanto externos” (MATTEI; LINS, 2010, p. 125).

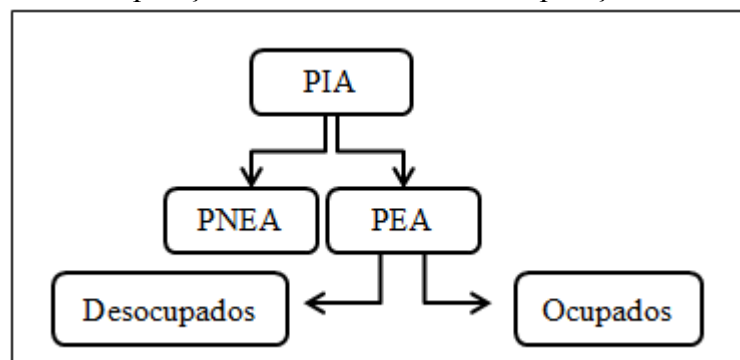
As mudanças mais gerais que ocorreram no processo produtivo brasileiro produziram reflexos na estrutura do mercado de trabalho catarinense. Em síntese, o quadro catarinense é muito similar ao do conjunto do país, cuja tendência é uma concentração do emprego cada vez maior no setor terciário da economia, em especial os setores de prestação e serviços gerais e pessoais. Mesmo com uma maior formalização do mercado de trabalho catarinense o percentual de pessoas que trabalha por conta própria ainda é expressivo. Os empregados domésticos, por exemplo, em sua grande maioria ainda permanecem sem qualquer tipo de proteção (MATTEI, LAVRATTI, PELED, 2013).

### 3.2. A dinâmica da população economicamente ativa catarinense

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) entre 2001 e 2012 analisaram-se algumas informações gerais. Inicialmente são apresentados alguns conceitos utilizados pela PNAD para subdividir o mercado de trabalho e assim analisar as suas diversas categorias.

Conforme sintetizado na figura 1, a população em idade ativa, que neste trabalho foi utilizado o recorte das com 10 anos ou mais de idade, é subdividida em economicamente ativa e não economicamente ativa. A população não economicamente ativa são as pessoas em idade ativa que não tem emprego e não estão procurando trabalho. A população economicamente ativa é dividida entre os ocupados e os desocupados, sendo que estes últimos são as pessoas que estão desempregadas e tomaram alguma iniciativa para procurar emprego.

Figura 1 - Subdivisão da População em Idade Ativa e da População Economicamente Ativa.



Fonte: Elaboração a partir da PNAD/IBGE.

Conforme os dados da tabela 1, em 2001 Santa Catarina possuía aproximadamente 3 milhões de pessoas economicamente ativa (PEA), que representava 64,5% da sua população em idade ativa. Em 2012 perdeu participação relativa representando 62,2%, com 3,5 milhões de pessoas economicamente ativas. Isso mostra que a participação das pessoas em idade ativa que não tem emprego e não estão procurando, ou seja, que a participação do desemprego voluntário, está aumentando nesse período.

Em relação ao nível de ocupação, em 2001 Santa Catarina contava com 95,9% da PEA ocupada que correspondia a 2,8 milhões de ocupados. Em 2012 essa proporção aumentou 1,1 pontos percentuais, com 3,4 milhões de ocupados. A PEA ocupada cresceu a uma taxa média de 1,7% entre os anos de 2001 e 2012. Esse fato nos mostra que, a geração de ocupações entre 2001 e 2012 foi mais do que suficiente para absorver o crescimento da população economicamente ativa.

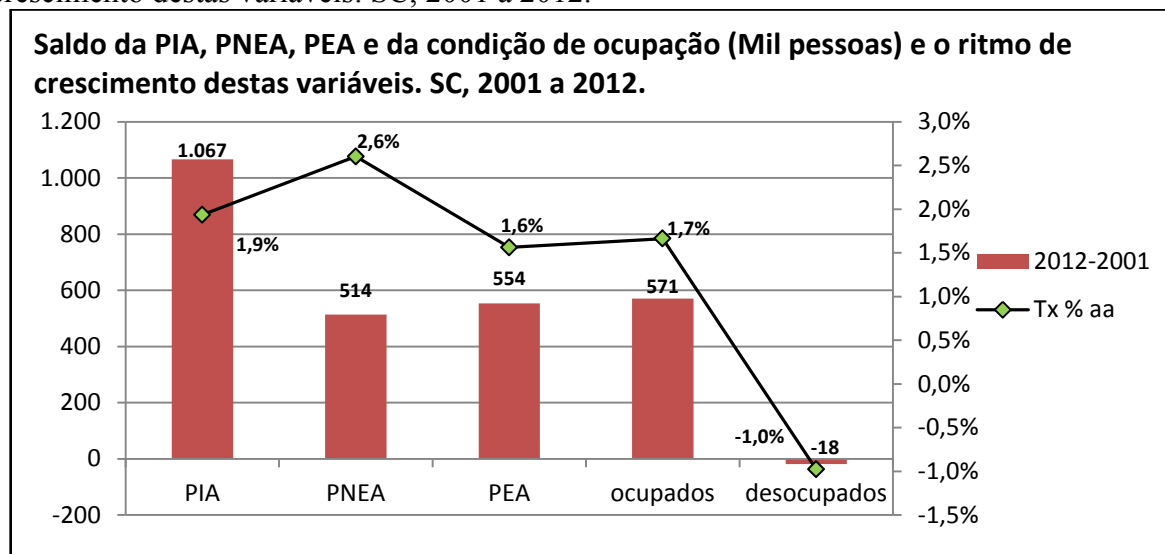
Tabela 1 - Evolução absoluta e relativa da PIA, PNEA, PEA e da condição de ocupação (mil pessoas) em 2001 e 2012 e a taxa de crescimento média anual de 2001 a 2012 em SC.

ANO	2001	%	2012	%	2001-2012
<b>PIA</b>	4.595	100,0%	5.694	100,0%	<b>1,9%</b>
<b>PNEA</b>	1.630	35,5%	2.155	37,8%	<b>2,6%</b>
<b>PEA</b>	2.965	64,5%	3.539	62,2%	<b>1,6%</b>
<b>PEA</b>	2.965	100,0%	3.539	100,0%	<b>1,6%</b>
<b>Ocupada</b>	2.842	95,9%	3.432	97,0%	<b>1,7%</b>
<b>desocupada</b>	124	4,2%	107	3,0%	<b>-1,0%</b>

Fonte: IBGE/PNAD.

O gráfico 1 mostra o saldo das variáveis entre os anos de 2001 e 2012. Nestes onze anos, 554 mil pessoas em idade ativa se tornaram economicamente ativas, sendo que 571 mil pessoas economicamente ativas foram ocupadas. Ou seja, como os ocupados cresceram acima do ritmo da PEA, a economia catarinense foi mais do que capaz de ocupar as 524 mil pessoas que entraram em exercício entre os anos de 2001 e 2012.

Gráfico 1 - Saldo da PIA, PNEA, PEA e condição de ocupação (Mil pessoas) e o ritmo de crescimento destas variáveis. SC, 2001 a 2012.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD.

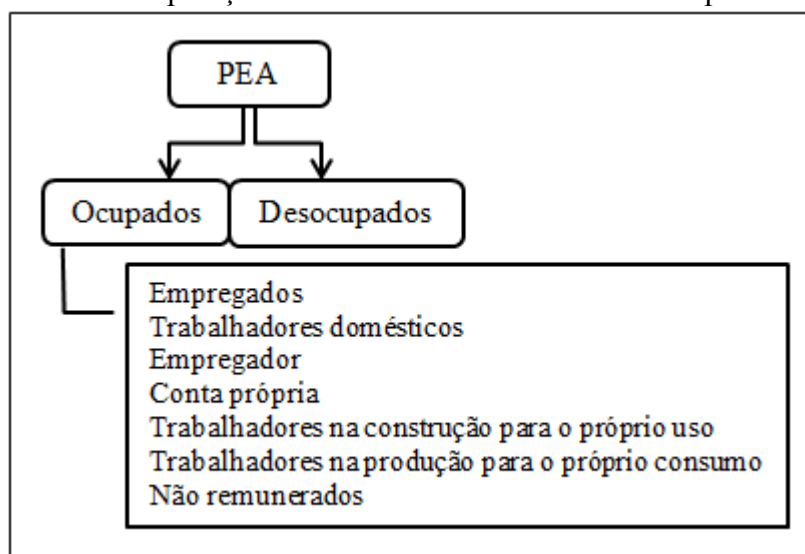
Em contrapartida, a participação relativa dos desocupados sobre a PEA catarinense caiu, passa de 4,2%, em 2001, para 3%, em 2012. Verificamos também que entre 2001 e 2012 os desocupados cresceram a uma taxa média anual negativa de 1%, portanto inferior a taxa de crescimento do pessoal ocupado (1,7% ao ano). No período abordado o país enfrentou a crise financeira internacional que afetou o Brasil no segundo semestre de 2008. Nesta crise o governo adotou uma política anticíclica através da expansão da demanda interna, para tanto houve expansão do crédito ao consumidor, redução de alguns impostos, como o IPI (Imposto sobre Produto Industrializado), por exemplo, e também expansão do emprego. Estes podem ser considerados como explicação do saldo negativo de 18 mil desocupados entre os anos de 2001 a 2012.

### 3.3. Condição do trabalho em Santa Catarina

A população economicamente ativa ocupada está dividida em 7 categorias que mostram a posição na ocupação que se encontra os trabalhadores no mercado de trabalho, conforme a figura 2. Os empregados, que são os trabalhadores assalariados incluindo nesta categoria os que possuem carteira assinada, os militares e funcionários públicos estatutários e ainda outros em condições mais precárias como os trabalhadores sem carteira assinada.



Figura 2 - Subdivisão da População Economicamente Ativa e dos ocupados.



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD/IBGE.

Os trabalhadores domésticos podem ser divididos em trabalhadores com e sem registro na carteira de trabalho. Além destes, existem ainda os que ocupam a posição de trabalhadores por conta própria, empregadores, na construção para próprio uso, na produção para o próprio consumo e os que não são remunerados pelo uso de sua força de trabalho.

Analisando como estão distribuídos os trabalhadores catarinenses, qual a posição que eles ocupam no mercado de trabalho de acordo com o trabalho principal que exercem, percebe-se, conforme a tabela 2, que os empregados respondiam no ano de 2012, por 64,3% da PEA catarinense. Em termos absolutos isso representou um aumento de 687 mil novos empregados na economia entre os anos de 2001 e 2012.

Tabela 2 - Evolução da PEA, da condição de ocupação e da posição na ocupação no trabalho principal (Mil pessoas) em 2001 e 2012 e a taxa de crescimento média de 2001 a 2012 em SC.

ANO	2001	% da PEA	2012	% da PEA	2012-2001
<b>PEA</b>	2.985	100,0%	3.539	100,0%	<b>1,6%</b>
<b>Ocupada</b>	2.861	95,8%	3.432	97,0%	<b>1,7%</b>
<b>Desocupada</b>	125	4,2%	107	3,0%	<b>-1,0%</b>
<b>Empregados</b>	1.587	53,2%	2.274	64,3%	<b>3,5%</b>
<b>Trabalhadores domésticos</b>	159	5,3%	151	4,3%	<b>-0,2%</b>
<b>Conta própria</b>	564	18,9%	668	18,9%	<b>1,2%</b>
<b>Empregadores</b>	172	5,8%	170	4,8%	<b>0,8%</b>
<b>Trabalhadores na construção para o próprio uso</b>	2	0,1%	1	0,0%	<b>-6,7%</b>
<b>Trabalhadores na produção para o próprio consumo</b>	94	3,1%	62	1,8%	<b>-6,4%</b>
<b>Não remunerados</b>	283	9,5%	107	3,0%	<b>-9,2%</b>

Fonte: IBGE/PNAD.

Os empregados e os empregadores, que são as categorias melhor estruturadas do mercado de trabalho, obtiveram taxas de crescimento anuais positivas, de 3,5% e 0,8%, respectivamente. Isso pode indicar uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, seguindo as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro na primeira década do século XXI, rompendo com o processo de desestruturação da década de 1990. Esse crescimento observado nestas categorias reflete o resultado obtido pelas políticas de emprego como, por exemplo, a de estímulo ao primeiro emprego, as de microcrédito que além de favorecer a abertura de novos negócios exige como contrapartida a manutenção e a geração de novos postos de trabalho, sem falar, é claro, no bom desempenho econômico que o estado obteve neste período. Estes fatores resultaram no crescimento da demanda por trabalhadores com vínculos mais estáveis na abertura de novos negócios (MATTEI, LAVRATTI, PELED, 2013).

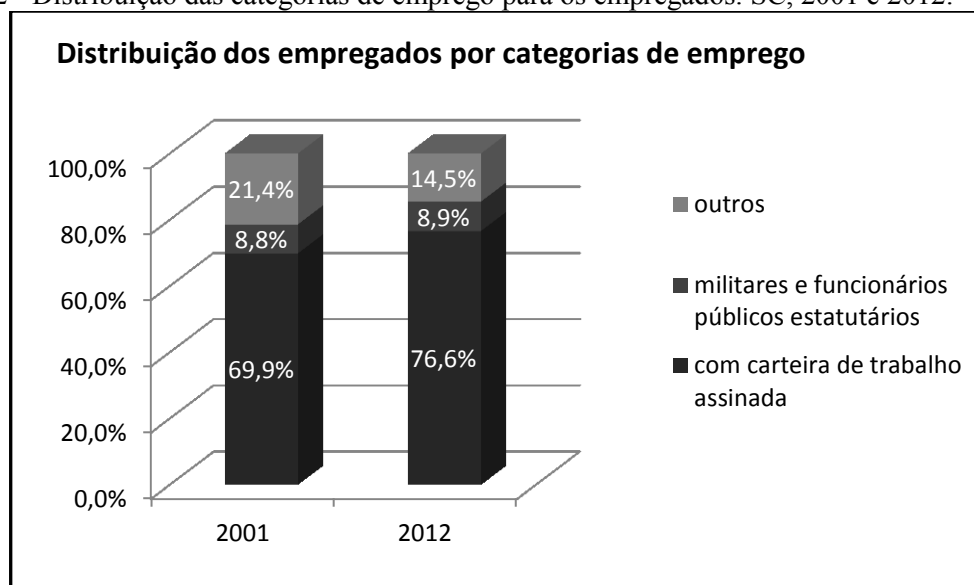
Apesar de obter um taxa de crescimento anual de 1,2%, é interessante destacar que os trabalhadores por conta própria mantiveram em 2012 a participação relativa sobre a PEA catarinense que obteve em 2001, 18,9%. Isso significa que o crescimento dos trabalhadores por conta própria foi proporcional ao crescimento obtido pela PEA neste período. Os trabalhadores por conta própria continuam sendo a segunda maior categoria na ocupação no trabalho principal. Apesar de uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, ainda existe um percentual considerável de pessoas que trabalham por conta própria.

Outro indicativo de uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina é que as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas. A categoria que obteve a maior taxa de crescimento negativo foi a dos trabalhadores não remunerados com uma taxa de crescimento negativo significativa de 9,2% ao ano, esta categoria representa uma proporção considerável da PEA catarinense mesmo tendo reduzido essa proporção ao longo do tempo, de 9,5% da PEA em 2001 para 3% da PEA em 2012. Proni (2011) afirma que a maioria desses trabalhadores não remunerados são ocupados em atividades agrícolas no Brasil, condição que também se aplica ao estado de Santa Catarina.

Os trabalhadores na construção para próprio uso obtiveram uma taxa de crescimento negativa da ordem de 6,7% ao ano. Todavia, essa categoria representa uma parcela muito pequena da PEA catarinense, com baixa representação amostral. Os trabalhadores na produção para o próprio consumo, que em 2001 representavam 3,1% da PEA catarinense, reduziram sua participação chegando em 2012 a representar apenas 1,8% do total, esta categoria também obteve uma alta taxa de crescimento negativa da ordem de 6,4% ao ano nestes últimos onze anos.

No que tange a categorias de emprego, os empregados se encontram com uma distribuição mais bem estruturada no mercado de trabalho, aproximadamente 76% dos empregos assalariados possuem relações de trabalho formalizadas, ou seja, carteira de trabalho assinada. Entre os anos de 2001 e 2012 observou-se uma melhora nessa distribuição aumentando o percentual das categorias mais estruturadas em detrimento da redução do percentual das categorias menos estruturadas designadas, no gráfico 2, como *outros*, categoria que compreende os sem carteira de trabalho assinada, entre outras categorias precárias.

Gráfico 2 - Distribuição das categorias de emprego para os empregados. SC, 2001 e 2012.

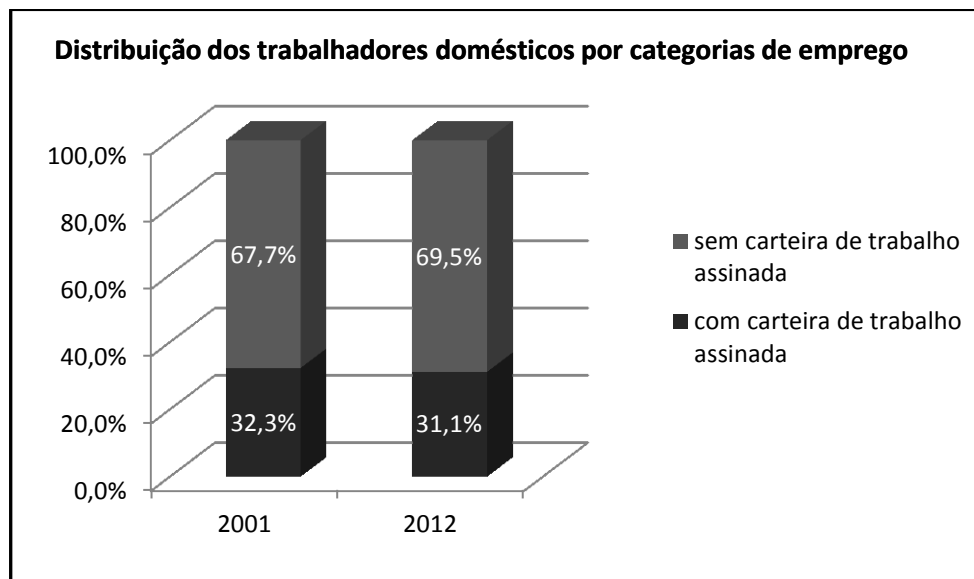


Fonte: Elaboração a partir dos dados do IBGE/PNAD.

Os empregados com carteira assinada contaram com um aumento na sua participação de 69,9%, em 2001, para 76,6% dos empregados catarinenses em 2012. Os militares e funcionários públicos estatutários também tiveram um aumento na participação sobre os empregados catarinenses de 0,1 ponto percentual. Por fim, como já observado anteriormente, a categoria do emprego designada como *outros*, teve sua participação reduzida sobre os empregados catarinenses, de 21,4% para 14,5% em 2012. Esse resultado evidencia a eficácia das políticas implementadas no Brasil como a lei geral da micro e pequena empresa e do empreendedor individual, permitindo uma crescente expansão da formalização do mercado de trabalho inclusive no estado de Santa Catarina.

Com relação à distribuição dos trabalhadores domésticos, observamos no gráfico 3 um mercado ainda muito precário, pois a maioria dos trabalhadores domésticos se encontrava sem carteira de trabalho assinada em 2001, realidade que se tornou pior em 2012, ou seja, esta categoria dos ocupados não acompanhou o movimento geral de formalização do mercado de trabalho que vem ocorrendo em Santa Catarina nos últimos anos.

Gráfico 3 - Distribuição da categoria de emprego para os trabalhadores domésticos. SC, 2001 e 2012.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD.

Em 2001 os trabalhadores domésticos sem carteira assinada representavam 67,7%, passando a representar 69,5% no ano de 2012. Em contrapartida os trabalhadores com carteira de trabalho assinada que em 2001 representavam 32,3% dos trabalhadores domésticos catarinenses, em 2012 o percentual de carteiras assinadas caiu para 31,1%.

Esse quadro desestruturado dos empregados domésticos, com a maioria dos trabalhadores deste setor em situação de desproteção legal, pode ser amenizado nos próximos anos devido à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional número 66, apelidada de PEC dos empregados domésticos, que foi aprovada em dezembro de 2012. Esta tem como principal objetivo estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores rurais e urbanos.

#### 3.4. Distribuição do emprego rural e urbano

Com relação às pessoas em idade ativa entre os anos de 2001 e 2012, conforme a tabela 3, observa-se que houve um aumento das pessoas que tem emprego ou estão à procura de um emprego, ou seja, as pessoas economicamente ativas, no meio urbano. No entanto, no meio rural observou-se que o número de PEA caiu. Em 2001 eram 662 mil pessoas economicamente ativas no meio rural, enquanto em 2012 esse número caiu para 557 mil pessoas, o que representou nesse período uma taxa de crescimento média negativa de 1,5% ao ano.

Tabela 3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (PIA) por condição de atividade na semana de referência, segundo sexo e situação do domicílio (mil pessoas) em 2001 e 2012. Taxa de crescimento média anual das variáveis (2001 a 2012) em SC.

Condição de atividade			2001	%	2012	%	2001-2012
Situação do domicílio							
Sexo							
Economicamente ativa	Total	<b>Total</b>	2.985	100,0%	3.539	100,0%	<b>1,6%</b>
		<b>Homem</b>	1.727	57,9%	1.961	55,4%	<b>1,4%</b>
	Total	<b>Mulher</b>	1.258	42,1%	1.579	44,6%	<b>1,8%</b>
		<b>Total</b>	2.323	100,0%	2.982	100,0%	<b>2,3%</b>
	Urbana	<b>Homem</b>	1.346	57,9%	1.625	54,5%	<b>2,0%</b>
		<b>Mulher</b>	977	42,1%	1.357	45,5%	<b>2,7%</b>
	Total	<b>Total</b>	662	100,0%	557	100,0%	<b>-1,5%</b>
		<b>Homem</b>	381	57,6%	336	60,3%	<b>-1,2%</b>
	Rural	<b>Mulher</b>	281	42,4%	222	39,9%	<b>-2,0%</b>
		<b>Total</b>	1.641	100,0%	2.155	100,0%	<b>2,6%</b>
Não economicamente ativa	Total	<b>Homem</b>	589	35,9%	793	36,8%	<b>3,2%</b>
		<b>Mulher</b>	1.053	64,2%	1.362	63,2%	<b>2,2%</b>
	Urbana	<b>Total</b>	1.417	100,0%	1.809	100,0%	<b>2,1%</b>
		<b>Homem</b>	514	36,3%	666	36,8%	<b>2,5%</b>
	Total	<b>Mulher</b>	902	63,7%	1.144	63,2%	<b>1,9%</b>
		<b>Total</b>	225	100,0%	345	100,0%	<b>5,7%</b>
	Rural	<b>Homem</b>	74	32,9%	127	36,8%	<b>8,0%</b>
		<b>Mulher</b>	151	67,1%	218	63,2%	<b>4,5%</b>

Fonte: IBGE/PNAD.

Já com relação às pessoas não economicamente ativas, que são aquelas pessoas que não tem emprego e nem estão à procura de um emprego, apresentou um aumento entre estes onze anos analisados tanto no meio urbano quanto no meio rural, no entanto, ritmo de crescimento médio de pessoas não economicamente ativas é bem maior no meio rural do que no urbano, sendo de 2,1% no meio urbano 5,7% ao ano no meio rural.

Ainda com relação à PNEA, em Santa Catarina a maioria das pessoas nesta situação são mulheres, 63,2% do total em 2012, sendo que os homens representam apenas 36,8% do total de pessoas não economicamente ativas no estado para o mesmo ano, isto se verifica também no meio rural e no meio urbano, e ao longo dos onze anos de análise essa proporção não se alterou significativamente.

Em 2001 existia um total de 887 mil pessoas em idade ativa no meio rural em Santa Catarina, já 2012 esse número aumentou para 902 mil pessoas no meio rural. Ao longo de 2001 a 2012 verificamos um movimento da população rural em idade ativa. Esse fluxo vai no sentido de pessoas economicamente ativas que passaram a ser pessoas não economicamente ativas. Este movimento foi puxado principalmente pela população masculina, pois os homens não economicamente ativos cresceram num ritmo acelerado de 8% ao ano nestes onze anos. Esse fato, pode ser explicado pela composição da população que vive no meio rural, visto que muitos dos habitantes deste meio são aposentados.

Dentro da PEA, as mulheres apresentaram uma taxa de crescimento de 1,8% ao ano, superior à dos homens, 1,4%. Esse movimento foi puxado primordialmente pela PEA feminina urbana, já que no meio rural o crescimento médio anual foi negativo da ordem de 2% ao ano.

Conforme dados da tabela 3, a participação dos homens economicamente ativos aumentou em números absolutos, mas obteve uma queda em termos relativos de 2,5 pontos percentuais entre 2001 e 2012. Esse aumento em termos absolutos foi puxado, assim como para as mulheres, pela PEA masculina urbana, pois no meio rural a PEA masculina também cresceu a uma taxa média negativa da ordem de 1,2% ao ano.

### 3.5. Evolução da participação dos ramos de atividade na PEA ocupada

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD não têm disponíveis os dados dos ramos de atividade para o ano de 2001. Por este motivo a série histórica começa no ano de 2002 e compreende um período de análise de dez anos. Além disso, para analisar a dinâmica dos ramos de atividade do trabalho principal, foram utilizados o número de ocupados no período de referência de 365 dias, e não na semana de referência.

Com relação ao saldo de pessoas ocupadas nos setores de atividade econômica, conforme os dados apresentados no gráfico 4, entre 2002 e 2012, a maioria obteve saldos positivos, com exceção de dois setores: agricultura e serviços domésticos.

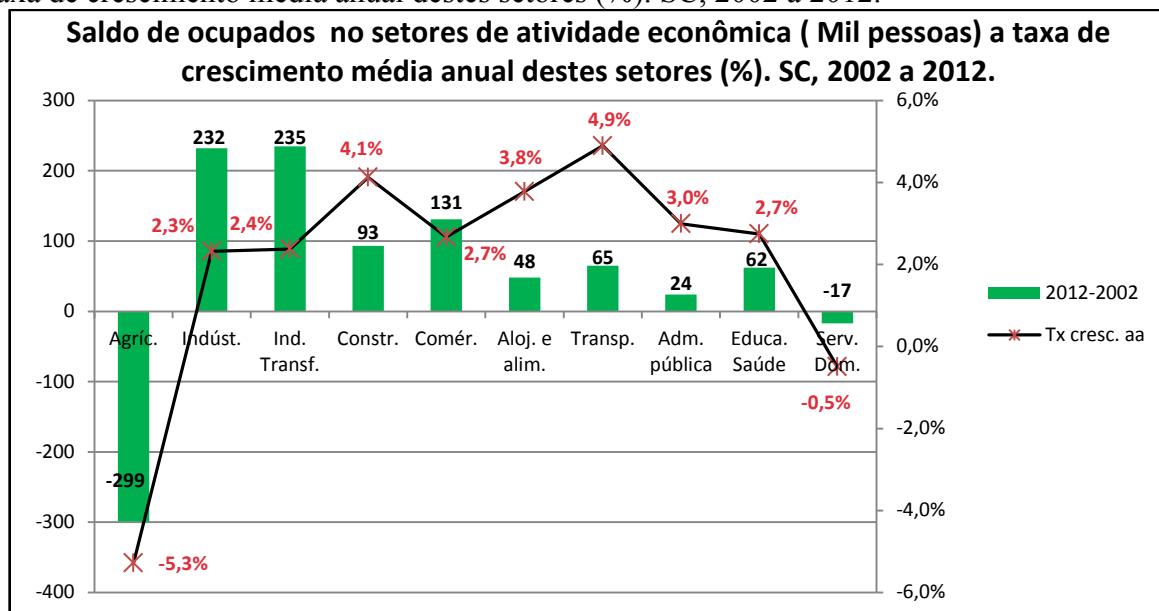
Nestes dez anos o setor de agricultura apresentou uma taxa negativa de 5,3% ao ano, perdendo 299 mil pessoas que estavam ocupadas na referida atividade. Já o setor de serviços domésticos, obteve um crescimento negativo da ordem de 0,5% ao ano, nestes dez anos ficou com um saldo negativo de 17 mil pessoas que eram ocupadas nesta atividade.

O setor da indústria criou 232 mil novos postos de trabalho durante essa década, destes, só a indústria de transformação foi responsável por ocupar 235 mil novos trabalhadores, sendo este o setor que mais gerou postos de trabalho. Portanto, com uma taxa de crescimento média de 2,4% ao ano, a indústria de transformação foi capaz de puxar o ritmo de crescimento da indústria e recuperar a geração de postos de trabalho dos demais subsetores entre os anos de 2002 a 2012.

O ramo da construção civil apresentou um ritmo muito forte de crescimento entre 2002 e 2012, crescendo a uma taxa média de 4,1% ao ano, foi o segundo que mais cresceu no

período. Isso fez com que em uma década a construção civil fosse responsável por ocupar 93 mil novos trabalhadores.

Gráfico 4 - Saldo de pessoas ocupadas nos setores de atividade econômica (Mil pessoas) e a taxa de crescimento média anual destes setores (%). SC, 2002 a 2012.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD.

Dentro do grande setor de serviços, o ramo de atividade que mais gerou novos postos de ocupação foi o ramo de comércio, seu saldo foi de 131 mil novos trabalhadores só nestes últimos dez anos, é um setor que vem crescendo bastante, em média 2,7% ao ano.

Os ramos de alojamento e alimentação e de educação, saúde e serviços sociais criaram 48 mil e 62 mil novas ocupações, respectivamente. O primeiro cresceu num ritmo mais acelerado, 3,8% ao ano, já o segundo cresceu a uma taxa média de 2,7% ao ano, entre 2002 e 2012.

Com uma taxa média de crescimento de 4,9%, o ramo de transporte foi o ramo que obteve o maior ritmo de crescimento nestes últimos dez anos, assim 65 mil novas ocupações foram criadas nesse ramo no período. O ramo da administração pública também cresceu num ritmo forte, 3% ao ano, este foi responsável por mais 24 mil ocupações nesta última década.

Sendo o setor terciário composto pelos seguintes ramos de atividade econômica: comércio, alojamento e alimentação, transporte, administração pública, educação; saúde e serviços sociais e serviços domésticos. Podemos concluir que o dinamismo gerador de novas ocupações no mercado de trabalho está fortemente concentrado no setor terciário, sendo que o comércio foi responsável por 41,9% das 313 mil novas ocupações geradas neste setor entre 2002 e 2012.

Apesar de não ser o setor que mais gerou postos de trabalho no período, o setor secundário foi responsável por boa parte do total de ocupações novas geradas, 232 mil. Isto pode significar a recuperação deste setor que há uns anos atrás tem se mostrado preocupante, esse bom desempenho também pode ser o resultado dos incentivos tanto fiscais quanto creditícios dados a este setor no período. Já o setor primário reduziu fortemente o número de ocupados em Santa Catarina entre 2001 e 2012.

### 3.6. Desemprego

Neste tópico será feita uma comparação entre as taxas de desemprego aberto no Brasil e em Santa Catarina no período de 2001 a 2012.

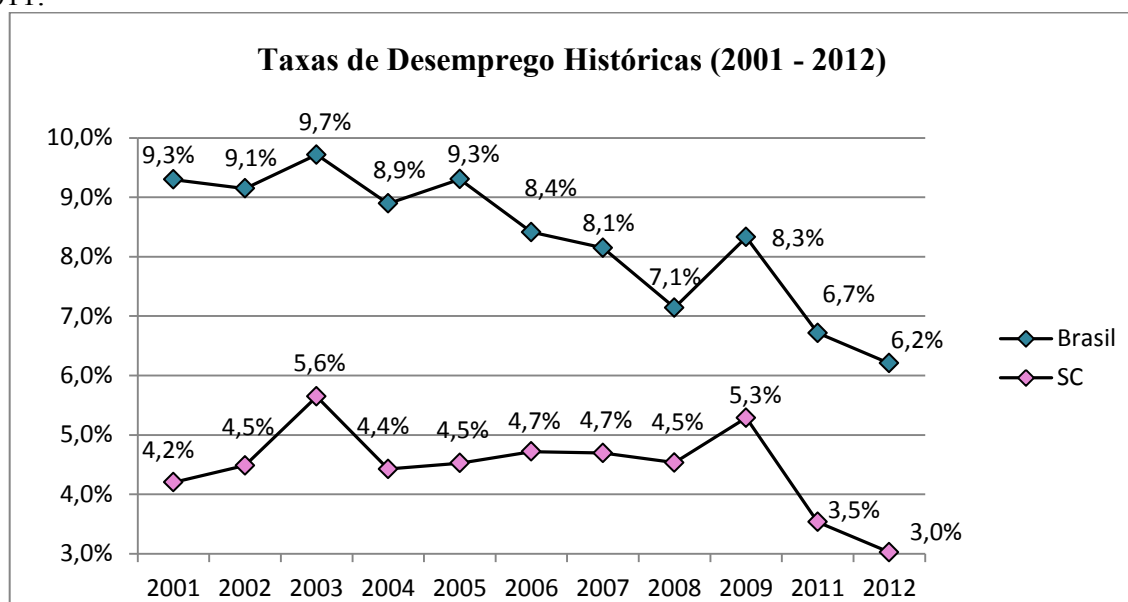
Segundo os dados da PNAD, a taxa de desemprego aberto de Santa Catarina era de 4,2% em 2001, passando para 3% em 2012, como pode ser observada no gráfico 5. No período estudado o pico mais alto da taxa de desemprego ocorreu no ano de 2003 que chegou a taxa de 5,6%, já o pico mais baixo foi em 2012, o último ano analisado, com uma taxa de desocupação de 3%, o que evidencia a tendência de queda gradual da taxa de desemprego aberta catarinense. Em relação à taxa de desemprego do Brasil, os números são mais preocupantes, pois a taxa mais baixa foi de 6,2% em 2012 e a taxa mais alta foi de 9,7% em 2003.

No entanto, percebe-se que apesar de mais baixa, a taxa de desemprego aberto em Santa Catarina acompanha a tendência da taxa de desemprego aberto nacional, ou seja, em 2003 há um aumento da taxa de desemprego brasileira a qual foi acompanhado pela taxa de desemprego catarinense, assim como em outros períodos em que ocorreram mudanças acentuadas.

Toda a insegurança de um governo de esquerda no poder foi gerada entre 2002 e 2003, o que deu margem para as especulações, para não haver saída de capital do país o Banco Central eleva a taxa de juros. Esse aumento do desemprego em 2003 acompanhado de uma redução abaixo dos patamares de 2002 pode ser explicado devido ao fato de que o Brasil se encontrava em recessão econômica neste período, pois a taxa de juros elevada impedia expansão dos setores, o que causou desemprego.



Gráfico 5 - Taxas de desemprego históricas do Brasil e de Santa Catarina nos anos de 2001 a 2011.



Fonte: Elaboração a partir dos dados do IBGE/PNAD.

O aumento da taxa de desemprego em 2009, mais acentuada para o Brasil em comparação com a taxa catarinense, pode ser explicado pela crise financeira que atingiu o sistema econômico mundial a partir do segundo semestre de 2008. O Brasil sofreu indiretamente seus impactos através da redução do crédito internacional, das especulações, da redução dos preços das *commodities*, da queda da demanda internacional que reduz o nível de exportações, fazendo com que as empresas respondessem à este processo reduzindo o pessoal ocupado.

Para superar a crise o governo brasileiro adotou medidas anticíclicas, através do incentivo à demanda interna, principalmente através do consumo de bens duráveis, com a redução de impostos que incidem sobre estes bens. Mas também com a continuidade do aumento do salário mínimo e com a ampliação da oferta de créditos, ou seja, com a continuidade das políticas de emprego e renda. Isso fez com o que houvesse um aumento na demanda por trabalhadores no período de recuperação das atividades econômicas, gerando, portanto, uma drástica redução do desemprego que perdura até o ano de 2012.

#### 4. COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM SANTA CATARINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Os empregos com vínculo formal são aqueles que possuem a carteira de trabalho assinada, onde os trabalhadores tem acesso ao sistema de seguridade social, que garante ao trabalhador a previdência social e proteção em caso de acidente, doença, desemprego. E também aos direitos trabalhistas, tais como o salário mínimo, o décimo terceiro salário, férias, a licença maternidade e paternidade, o descanso semanal remunerado. Todos estes benefícios só são assegurados aos trabalhadores que possuem vínculo de trabalho formal, ou seja, com carteira de trabalho assinada, portanto, esses trabalhadores estão no mercado de trabalho protegido (BALTAR, 2010).

“O crescimento da formalização dos contratos de trabalho vem ocorrendo desde 1999, e se acentuou em 2003, mesmo diante da manutenção de modestas taxas de crescimento econômico” (MATTEI; LINS, 2010, p. 337). A tendência de expansão do emprego formal que foi verificada no Brasil também atingiu o estado de Santa Catarina. O número absoluto de empregos formais no estado catarinense vem acompanhando a dinâmica nacional, em que se verifica uma evolução crescente do total de empregados com carteira assinada.

Tabela 4 - PEA ocupada e PFT em Santa Catarina, nos anos de 2001 e 2012 (mil pessoas) e a taxa de crescimento média entre 2001 a 2012.

	2001	2012	var. absoluta	2001-2012
<b>PEA ocup.</b>	2.861	3.432	571	1,7%
<b>PFT</b>	1.156	2.103	947	5,6%
<b>PEA ocup. - PFT</b>	1.705	1.329	-376	
<b>PFT/PEA ocup.</b>	40,4%	61,3%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MTE/RAIS e IBGE/PNAD.

Considerando que a população economicamente ativa (PEA) ocupada abriga tanto o mercado formal como o mercado informal de trabalho, a tabela 4 apresenta uma comparação entre os dados da PEA ocupada e os postos formais de trabalho (PFT) no estado de Santa Catarina entre os anos de 2001 e 2012.

Observando os dados da tabela 4 percebemos que há uma mudança significativa da participação dos postos formais na PEA catarinense. A taxa de crescimento média do emprego formal entre os anos de 2001 e 2012 foi de 5,6% ao ano, portanto superior à taxa de crescimento da população economicamente ativa ocupada, de 1,7% ao ano. Este crescimento expressivo possibilitou que a participação dos postos formais sobre a PEA ocupada

catarinense, que em 2001 era de 40,4%, chegasse a 61,3% em 2012. Com isso, podemos afirmar que mais da metade da população economicamente ativa catarinense está incluída no mercado de trabalho protegido, ou seja, a maioria dos trabalhadores catarinenses têm todos aqueles direitos citados acima assegurados por lei.

Houve um aumento de 947 mil postos de trabalho formais entre os anos de 2001 e 2012, superior ao incremento de 571 mil pessoas ocupadas no mesmo período. Isso significa que o mercado de trabalho regulamentado foi mais do que capaz de abrigar todo o crescimento do pessoal ocupado catarinense nestes anos. Este incremento dos PFT acima da PEA ocupada catarinense deu condições para que 376 mil trabalhadores saíssem do mercado informal de trabalho entre os anos de 2001 e 2012. Por mais que estes dados representem uma melhora no mercado de trabalho catarinense, 1.329 mil trabalhadores estão fora do mercado de trabalho protegido no ano de 2012.

Tabela 5 - Distribuição dos PFT em SC e a taxa de crescimento média entre 2001 a 2012.

<b>Ano</b>	<b>Total</b>
<b>2001</b>	1.155.712
<b>2002</b>	1.235.612
<b>2003</b>	1.292.407
<b>2004</b>	1.406.247
<b>2005</b>	1.486.969
<b>2006</b>	1.598.454
<b>2007</b>	1.697.800
<b>2008</b>	1.777.604
<b>2009</b>	1.838.334
<b>2010</b>	1.969.654
<b>2011</b>	2.061.577
<b>2012</b>	2.103.002
<b>2001-2012</b>	<b>5,6%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

O número absoluto de postos de empregos formais no estado catarinense apresentou na última década do século XXI uma evolução crescente, conforme tabela 5. Entre 2001 e 2012 os postos formais de trabalho cresceram a uma taxa média de 5,6% ao ano. O total de empregos formais do estado aumentou sua participação absoluta de 1.155 mil em 2001, para 2.103 mil em 2012 totalizando um aumento de 947.290 PFT no período.

Em 2001, cerca de 62% dos postos formais do estado eram ocupados pelos homens e apenas 38% pelas mulheres. Depois de uma década esta distribuição ficou mais equitativa, sendo que as mulheres passaram a participar mais do mercado de trabalho e a ocupar os postos de trabalho mais protegidos.

Tabela 6 - Total de PFT em SC por gênero nos anos de 2001 e 2012 e a taxa de crescimento média anual entre 2001 a 2012.

<b>Gênero</b>	<b>2001</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2001-2012</b>
Masculino	713.211	62%	1.165.431	55%	<b>4,6%</b>
Feminino	442.501	38%	937.571	45%	<b>7,0%</b>
Total	1.155.712	100%	2.103.002	100%	<b>5,6%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Assim, no ano de 2012 as mulheres ocupavam 45% dos postos formais de trabalho do estado contra 55% dos homens. Mesmo que os homens ainda predominam no mercado formal de trabalho em Santa Catarina, as mulheres vêm crescendo a uma taxa média de aproximadamente 7% ao ano, enquanto os homens crescem a uma taxa aproximada de 4,6% ao ano. Isso indica que uma tendência geral do mercado de trabalho, de maior participação das mulheres, também está presente em Santa Catarina.

#### 4.1. O mercado de trabalho formal e os setores de atividade econômica

Pela análise da tabela 7, observamos que entre 2001 e 2012 alguns setores perderam participação relativa na geração de vínculos formais no estado, apesar da tendência ser de um crescimento do emprego formal em todos os setores.

Tabela 7 - Distribuição da taxa de participação dos PFT segundo setores de atividade em Santa Catarina nos anos de 2001 e 2012 e a taxa de crescimento média anual de 2001 a 2012.

<b>ANO</b>	<b>2001</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2001-2012</b>
<b>EXTR MINERAL</b>	5.375	0,5%	8.125	0,4%	3,8%
<b>IND TRANSF</b>	390.330	33,8%	641.212	30,5%	4,8%
<b>SERV IND UP</b>	13.452	1,2%	18.089	0,9%	3,4%
<b>CONSTR CIVIL</b>	41.836	3,6%	98.979	4,7%	9,3%
<b>COMERCIO</b>	197.839	17,1%	427.408	20,3%	7,2%
<b>SERVICOS</b>	306.550	26,5%	625.134	29,7%	6,6%
<b>ADM PUBLICA</b>	166.178	14,4%	241.421	11,5%	3,3%
<b>AGROPECUARIA</b>	34.152	3,0%	41.634	2,0%	1,5%
<b>TOTAL</b>	1.155.712	100,0%	2.103.002	100,0%	5,6%

Fonte: MTE/RAIS.

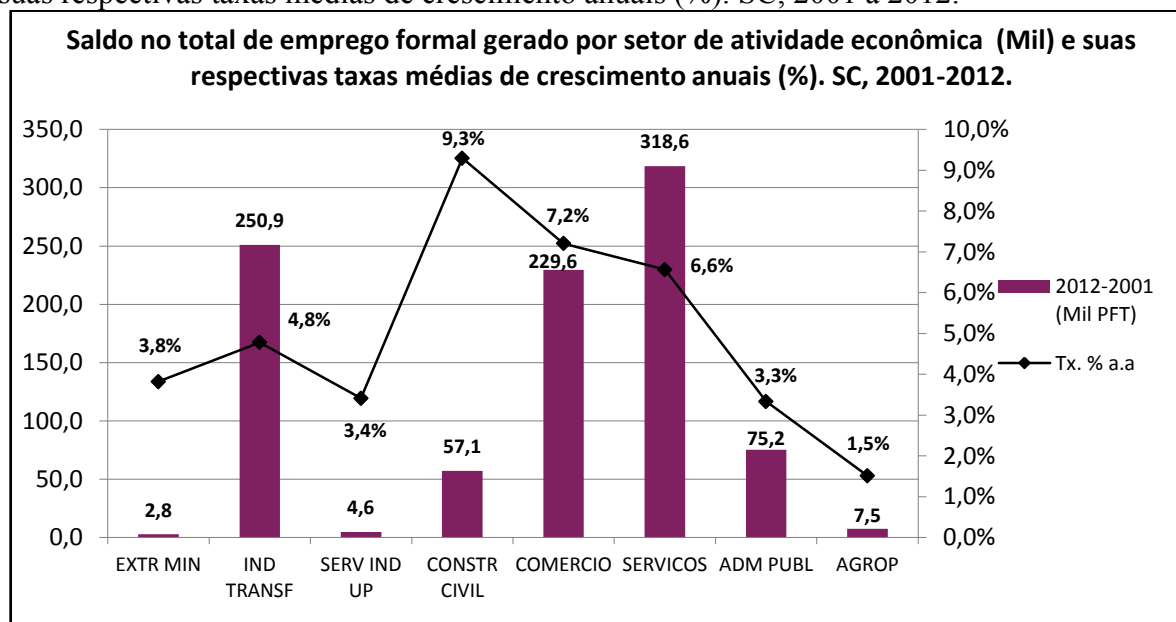
O setor de extração mineral cresceu a uma taxa média de 3,8% ao ano. Em 2001 possuía uma participação absoluta de 5,3 mil postos formais de trabalho e em 2012 passa a representar cerca de 8,1 mil PFT. Este é o setor com a menor parcela de PFT no estado. E conforme o gráfico 6, este setor foi responsável pela geração de 2,8 mil postos formais entre 2001 e 2012.

O setor de serviços industriais de utilidade pública cresceu a uma taxa média de 3,4% no período abordado. Em termos absolutos a quantidade de PFT aumentou, ficando com um saldo positivo entre 2001 e 2012 de 4,6 mil postos formais.

Assim como os setores de extração mineral e de serviços industriais de utilidade pública, o setor da indústria de transformação também perdeu participação relativa na geração de postos formais no estado entre os anos de 2001 a 2012, uma perda de 3,3 pontos percentuais, representando em 2012 aproximadamente 30,5% dos postos formais catarinenses. Este é, ainda, o setor responsável pela maior parcela dos empregos formais do estado. Passou de uma participação absoluta em 2001 de 390 mil trabalhadores para 641 mil em 2012, portanto gerou 250,9 mil novos postos de trabalho formais, apresentando no período uma taxa de crescimento médio de 4,8% ao ano.

A construção civil, outro importante setor da economia, apresentou grande expansão ao longo desses onze anos, com um forte ritmo de crescimento de 9,3% ao ano, demonstrando ser o setor que mais cresceu nesse período. Neste ritmo, o setor da construção civil foi capaz de gerar 57,1 mil novos posto de trabalho entre 2001 e 2012.

Gráfico 6 - Saldo no total de emprego formal gerado por setor de atividade econômica (Mil) e suas respectivas taxas médias de crescimento anuais (%). SC, 2001 a 2012.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MTE/RAIS.

Neste período de onze anos, os setores de construção civil, comércio e serviços cresceram a taxas superiores a média estadual e ampliaram tanto a sua participação relativa quanto absoluta na geração de emprego formal no estado. Os serviços cresceram a uma taxa média anual de 6,6% e o comércio a uma taxa média de 7,2% ao ano. O comércio apresentava em 2001 uma participação absoluta de 197 mil PFT, número que em 2012 passa de 427 mil

empregos formais. O setor de serviços tem uma participação absoluta mais significativa ainda, passando de 306 mil em 2001 para 625 mil em 2012. Conforme gráfico 6, o setor de serviços foi o responsável pela geração do maior número de novos postos formais de trabalho, 318,6 mil, em Santa Catarina. O setor do comércio foi o terceiro, logo atrás da indústria de transformação, que mais contribuiu para a geração de novos postos de trabalho protegidos.

A administração pública cresceu em média 3,3% ao ano, em 2001 apresentava 166 mil PFT chegando, em 2012, com 241 mil PFT. Esse crescimento dos empregos formais pode ser atribuído às políticas de expansão de gastos nas administrações públicas. Assim, este setor ficou com um saldo positivo de 75,2 mil postos formais entre os anos de 2001 e 2012.

A agropecuária atingiu uma média de crescimento anual de 1,5%, sendo o setor que menos cresceu no período. O crescimento da atividade no decorrer dos onze anos mostrou um incremento de aproximadamente 7,5 mil novos postos de trabalho em relação ao nível de empregos formais existente em 2001. Em termos absolutos terminou a década com cerca de 41 mil postos de empregos formais.

Mesmo que o setor secundário ainda tem uma grande importância na geração de empregos formais no estado, puxado principalmente pela indústria de transformação, percebemos que os setores de comércio e serviços vêm aumentando sua participação na geração de trabalho em Santa Catarina, sendo que estes cresceram acima da média estadual. Isso indica que a tendência do mercado de trabalho, verificada por Pochmann (2011, p. 131), onde o setor terciário dita a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, também se verifica no estado de Santa Catarina.

#### 4.2. O mercado formal e a remuneração dos empregos formais

Com relação à distribuição dos PFT segundo as faixas de remuneração observamos que as faixas de salários mais baixas foram as que mais cresceram entre os anos de 2001 e 2012. A quantidade de PFT que recebem até um salário mínimo aumentou a uma taxa de 7,8% ao ano. Os postos formais que recebiam até 1 salário eram 29.608 em 2001 chegando a 71.281 em 2012.

Na faixa de 1 a 3 salários mínimos no ano 2001 era onde se concentrava a maioria dos PFT, 60,7%, com 701.841, mais de uma década se passou e a distribuição só piorou, pois em 2012 a maioria dos PFT continua se concentrando nas faixas de 1 a 3 salários, só que agora abrangendo 71% dos postos formais do estado nesta faixa, com um crescimento de 7% ao ano,

dos mais de 2 milhões de PFT do estado, cerca de aproximadamente 1,5 milhões recebem entre 1 a 3 salários mínimos.

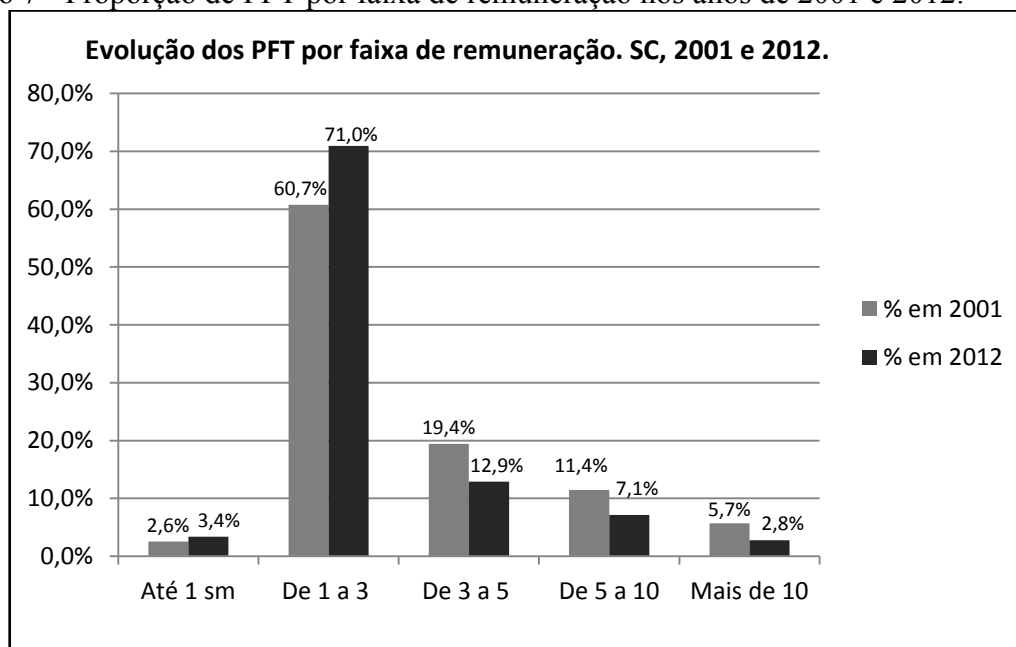
Tabela 8 - Distribuição dos PFT segundo faixa de remuneração em Santa Catarina nos anos de 2001 e 2012 e a taxa de crescimento média anual de 2001 a 2012.

REMUNERAÇÃO	2001	%	2012	%	2001-2012
ATÉ 1 SM	29.608	2,6%	71.281	3,4%	7,8%
DE 1 A 3	701.841	60,7%	1.492.163	71,0%	7,0%
DE 3 A 5	224.543	19,4%	271.575	12,9%	2,1%
DE 5 A 10	132.087	11,4%	149.943	7,1%	0,7%
MAIS DE 10	65.573	5,7%	58.600	2,8%	-1,5%
<b>TOTAL</b>	<b>1.155.712</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.103.002</b>	<b>100,0%</b>	<b>5,6%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

O gráfico 7 facilita a visualização da discrepância entre as faixas de remuneração nos anos 2001 e 2011, observamos que após esses onze anos a faixa de 1 a 3 salários mínimos absorveu a queda de postos formais das faixas de renda mais altas. A faixa de renda de 3 a 5 salários mínimos que em 2001 absorvia 19,4% dos postos formais do estado, no final da década reduziu sua participação para 12,9%. As faixas de remuneração de 3 a 5 e de 5 a 10 salários mínimos cresceram a taxas muito baixas, 2,1% e 0,7% ao ano, respectivamente. Já a faixa de remuneração dos PFT com mais de 10 salários mínimos cresceu a uma taxa negativa de 1,5% ao ano.

Gráfico 7 - Proporção de PFT por faixa de remuneração nos anos de 2001 e 2012.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MTE/RAIS.

Percebemos que houve um aumento dos postos de trabalho formais indicando uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense. No entanto, há uma concentração de mais de 70% dos PFT nas faixas de rendimento mais precárias, até três salários mínimos.

#### 4.3. Contribuição das mesorregiões para o conjunto do emprego formal

Santa Catarina caracteriza-se por ser um estado diversificado tanto culturalmente como economicamente. Sua formação heterogênea, estruturada pela miscigenação de várias etnias, culminou em uma distribuição desigual de postos de trabalho pelas mesorregiões do Estado. Com base nas informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), constatou-se que a evolução dos PFT regional ocorreu de uma maneira diferenciada. Apesar disto, verificamos que há uma tendência de estruturação do mercado de trabalho com o aumento dos postos formais de trabalho em todas as regiões do estado.

Os padrões de desenvolvimento das mesorregiões de Santa Catarina são desiguais, isso acontece devido ao seu processo de formação histórica e à sua dinâmica socioeconômica, os fenômenos da industrialização e da urbanização foram concentrados em certas regiões do estado, fazendo com que estas absorvessem a maior parte dos recursos e serviços, concentrando nestas regiões as melhores oportunidades de emprego (MATTEI; LINS, 2010).

A partir dos dados da tabela 9 e do gráfico 8, foi analisado a composição do emprego formal dentre as mesorregiões do estado. Em 2001, observa-se pouco mais de 1 milhão de empregos formais no estado, número que quase duplica nos onze anos seguintes.

Tabela 9 - Distribuição dos PFT segundo mesorregiões de Santa Catarina nos anos de 2001 a 2012.

ANO	OESTE CATARINENSE	NORTE CATARINENSE	SERRANA	VALE DO ITAJAÍ	GRANDE FLORIANÓPOLIS	SUL CATARINENSE	TOTAL
2001	189.890	230.314	59.222	288.482	241.749	146.055	1.155.712
2002	206.602	249.376	63.059	303.884	258.647	154.044	1.235.612
2003	217.177	260.138	66.042	320.371	267.720	160.959	1.292.407
2004	240.317	282.630	72.334	347.338	292.445	171.183	1.406.247
2005	253.936	286.620	73.350	377.170	315.095	180.798	1.486.969
2006	271.596	307.585	74.915	405.155	342.566	196.637	1.598.454
2007	289.980	328.390	77.297	431.657	365.837	204.639	1.697.800
2008	306.099	345.504	78.836	451.668	382.355	213.142	1.777.604
2009	313.301	353.933	79.535	474.156	394.268	223.141	1.838.334
2010	329.741	380.656	85.189	514.309	418.367	241.392	1.969.654
2011	349.651	396.647	88.891	534.456	437.717	254.215	2.061.577
2012	341.814	400.555	91.466	547.364	459.246	262.557	2.103.002
<b>2001-2012</b>	<b>5,6%</b>	<b>5,1%</b>	<b>3,6%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,0%</b>	<b>5,5%</b>	<b>5,6%</b>

Fonte: MTE/RAIS.

A média de crescimento entre 2001 e 2012 do estado é de 5,6% ao ano, a média das diversas regiões ocorreu de forma homogênea, com destaque para região do Vale do Itajaí, que cresceu acima da média estadual, aproximadamente 6,2% ao ano, foi também a

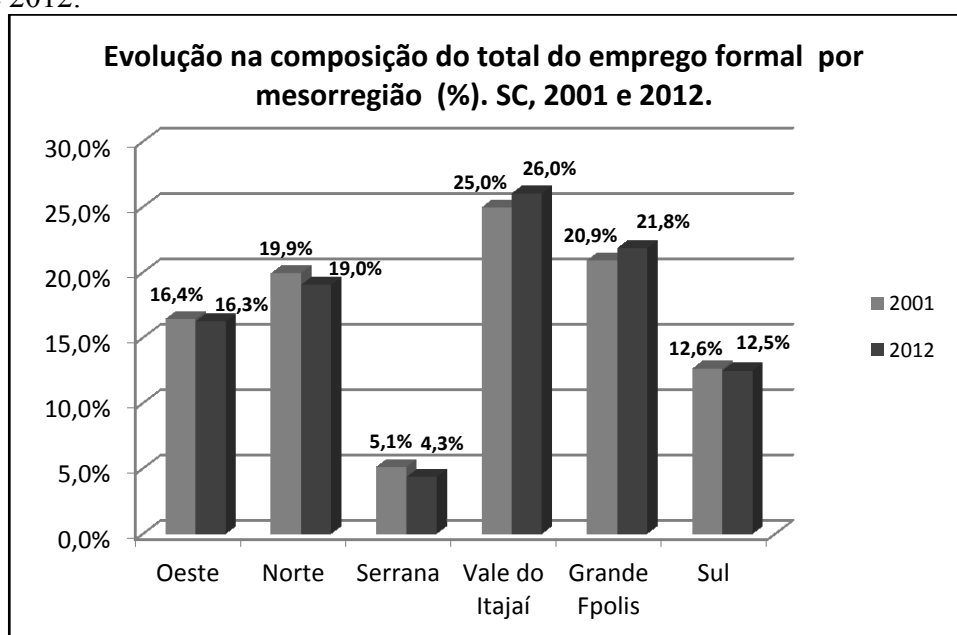


mesorregião que mais criou postos de trabalho formais, com 288.482 em 2001 e em 2012 chegou a 547.364 postos formais.

É na mesorregião do Vale do Itajaí que se encontram a maioria dos trabalhadores formais do estado, 26% de acordo com o gráfico 8, seguida pela mesorregião da Grande Florianópolis que cresceu acima da média estadual, a uma taxa de 6% ao ano, criando 217.497 novos postos formais de trabalho neste período. Esta região é responsável por 21,8% dos postos formais de trabalho do estado. As mesorregiões Vale do Itajaí e Grande Florianópolis foram as únicas que aumentaram sua participação relativa na geração de postos de trabalhos protegidos, em relação às outras mesorregiões do estado de Santa Catarina.

A mesorregião do Oeste Catarinense perdeu participação relativa na geração de postos formais no estado, em 2001 era responsável por 16,4% dos PFT, em 2012 passou a representar 16,3% dos postos formais do estado. Apesar disso, a taxa média de crescimento entre 2001 e 2012 foi de 5,6% ao ano, superior à taxa de crescimento da região Norte do estado que foi de 5,1%. A mesorregião norte está entre as três que mais abrigam postos de trabalho formalizados no estado, no entanto, a sua participação relativa reduziu consideravelmente nestes últimos onze anos, em 2001 era responsável por 19,9% do PFT catarinenses, essa participação caiu em 2012 para 19%. No período abordado a mesorregião oeste gerou 151.924 novos postos de trabalho formais, quase a mesma quantidade que a região norte catarinense gerou no mesmo período, ou seja, 170.241 novos PFT.

Gráfico 8 - Evolução na composição do total do emprego formal por mesorregião (%). SC, 2001 e 2012.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MTE/RAIS.

A mesorregião Sul Catarinense também cresceu abaixo da média estadual, 5,5% ao ano e também obteve perda da participação relativa na composição total do emprego formal do estado, em 2001 era responsável por 12,6% do total dos PFT, em 2012 sua participação caiu para 12,5% do total. Nestes onze anos obteve um saldo positivo de PFT, portanto foi capaz de gerar 116.502 novos postos formais de trabalho.

Por fim, a mesorregião Serrana foi a mesorregião que cresceu no ritmo mais lento de todo o estado, a uma taxa de 3,6% ao ano. Assim como as mesorregiões Oeste, Norte e Sul, a região Serrana também perdeu participação relativa nestes últimos onze anos. Em 2001 era responsável por 5,1% dos PFT do estado, o que em números absolutos dava 59.222 postos formais. Em 2012 ficou responsável por apenas 4,3% dos PFT do estado, o que em números absolutos representava um total de 91.466 postos formais de trabalho.

Esta é a mesorregião menos dinâmica, em termos de criação de PFT, do estado de Santa Catarina, isto porque a região Serrana apresenta uma particularidade importante que é a concentração fundiária, que faz com que a população fique impossibilitada de permanecer nas terras e migrem para os centros urbanos, para outros municípios onde haja melhores oportunidades de trabalho, o resultado disso é a redução da geração de empregos formais nesta região (MATTEI; LINS, 2010).

As mesorregiões mais dinâmicas do estado são o Vale do Itajaí, a Grande Florianópolis e a região Norte em contraste com as mesorregiões Serrana, Sul e Oeste, mostram o tamanho das disparidades regionais existentes no estado de Santa Catarina. As mesorregiões do Vale do Itajaí e Serrana têm padrões de desenvolvimento bem desiguais, sendo que a primeira mesorregião é muito mais desenvolvida e é a região com mercado de trabalho mais protegido do estado. Já entre as seis mesorregiões, a Serrana é a que menos ampliou os empregos formais.

Portanto, houve uma forte tendência de formalização dos postos de trabalho catarinenses entre os anos de 2001 a 2012, mais da metade da população economicamente ativa catarinense está incluída no mercado de trabalho protegido. Além disso, as mulheres se tornaram mais participativas, pois cresceram num ritmo mais forte do que a população masculina. No entanto, alguns fatores ainda são preocupantes, por exemplo, quando se refere à remuneração, a grande maioria dos postos de formais de trabalho gerados entre 2001 e 2012 foram direcionados à setores com baixa remuneração, como é o caso do setor terciário, que foi o setor dinamizador do mercado de trabalho em Santa Catarina nestes onze anos.

## 5. CONCLUSÕES E PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

Este trabalho procurou analisar a dinâmica do emprego e da renda no estado de Santa Catarina entre os anos de 2001 a 2012, tentando qualificar o mercado de trabalho catarinense usando como referências suas principais variáveis. Para isso, primeiramente, procurou-se compreender as principais mudanças pelas quais passou o mercado de trabalho, à luz da dinâmica econômica do país e do mundo.

Dadas as características econômicas e sociais herdadas das décadas anteriores, a década de 1990 foi marcada por importantes mudanças econômicas que afetaram o mercado de trabalho catarinense, dentre elas destacam-se a abertura econômica, a reestruturação produtiva, as privatizações, os avanços da terceira revolução tecnológica, do novo modo de produção e da globalização. Esse conjunto de mudanças resultou no aumento do desemprego e da informalidade, na redução dos salários e na precarização das relações de trabalho, uma vez que as empresas, sob a égide da globalização econômica e do credo político neoliberal, passaram a buscar um sistema de relações de trabalho mais flexível visando reduzir custos e ampliar as margens de lucros.

O cenário do mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos 2000 é completamente o oposto do cenário vivenciado na década de 1990. Nos anos 2000, com o crescimento da economia, foi possível a expansão do emprego assalariado, sendo que esta expansão se deu principalmente na categoria de emprego com carteira de trabalho assinada, aumentando consideravelmente o grau de formalização neste período. Com o crescimento do emprego, as subcontratações e as flexibilizações se reduziram, dando condições para uma maior estruturação do mercado de trabalho, e possibilitou que a taxa de desemprego nos anos 2000 seguisse uma trajetória de contínua e gradual redução do seu percentual. Houve também neste período um aumento contínuo e gradual do salário mínimo, o que fez com que o poder de compra da população aumentasse e de certo modo diminuísse um pouco a desigualdade no país.

Assim como na esfera nacional, o estado também conseguiu reverter essas tendências a partir dos anos 2000, visto que com a desvalorização do real as empresas exportadoras são beneficiadas e demandam mais trabalhadores, assim sendo, o que se observa é que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho.

Os dados da PNAD mostram que nestes onze anos de análise houve uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina. Os empregados e os empregadores, foram as categorias que obtiveram as maiores taxas de crescimento anuais, de 3,5% e 0,8%, respectivamente. Além disso, as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas entre os anos abordados. Isso pode indicar uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, seguindo as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro na primeira década do século XXI, fato que rompe com o processo de desestruturação da década anterior.

Mesmo com uma maior formalização do mercado de trabalho catarinense o percentual de pessoas que trabalha por conta própria ainda é expressivo, 18,9% da PEA. Os empregados domésticos, por exemplo, em sua grande maioria ainda permanecem sem qualquer tipo de proteção.

No que se refere à distribuição do emprego rural e urbano observa-se que houve um aumento das pessoas que tem emprego ou estão à procura de um emprego no meio urbano. As mulheres apresentaram uma taxa de crescimento média de 1,8% ao ano, superior à dos homens, 1,4%. Esse movimento foi puxado primordialmente pela PEA feminina urbana, já que no meio rural o crescimento foi negativo da ordem de 2% ao ano. Além disso, foi observada uma tendência de aumento da população não economicamente ativa no meio rural, que foi puxada, principalmente, pela população masculina que cresceu num ritmo acelerado de 8% ao ano. Esse fato, pode ser explicado pela composição da população que vive no meio rural, visto que muitos dos habitantes deste meio são aposentados.

Observou-se uma tendência nos grandes setores de atividade entre os anos 2002 e 2012, onde o dinamismo gerador de novas ocupações no mercado de trabalho está fortemente concentrado no setor terciário. Só o comércio é responsável por 41,9% das 313 mil novas ocupações geradas neste setor entre 2002 e 2012. Apesar de não ser o setor que mais gerou postos de trabalho no período, o setor secundário foi responsável por boa parte do total de ocupações novas geradas, 232 mil. Isto pode significar a recuperação deste setor que há uns anos atrás tem se mostrado preocupante, esse bom desempenho também pode ser o resultado dos incentivos tanto fiscais quanto creditícios dados a este setor no período. Já o setor primário reduziu fortemente o número de ocupados em Santa Catarina entre 2001 e 2012.

Verificamos que a taxa de desemprego do estado segue a mesma tendência da taxa de desemprego aberto do país. Em 2012 a taxa de desemprego aberto alcançou seu nível mais baixo tanto em Santa Catarina, 3%, quanto no Brasil como um todo, 6,2%.

A tendência de expansão do emprego formal que foi verificada no Brasil também atingiu o estado de Santa Catarina. O número absoluto de empregos formais no estado catarinense vem acompanhando a dinâmica nacional, em que se verifica uma evolução crescente do total de empregados com carteira assinada.

Os dados mostram que em 2012 61,3% da PEA está no mercado de trabalho protegido e que 376 mil pessoas saíram do mercado de trabalho informal entre os anos de 2002 e 2012. Com relação ao mercado formal, segundo os dados da RAIS, o número de PFT quase dobrou entre os anos 2001 e 2012, sendo que a mulher passou a participar mais do mercado de trabalho formal catarinense, uma vez que o número de mulheres ocupando os postos formais cresceu acima da média estadual e acima da média masculina também. Apesar do aumento dos postos de trabalho formais indicando uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, mais de 74% dos PFT se concentram nas faixas de rendimento mais precárias, até três salários mínimos.

Com relação aos ramos de atividades, mesmo que o setor secundário ainda tem uma grande importância na geração de empregos formais no estado, puxado principalmente pela indústria de transformação, percebeu-se que os setores de comércio e serviços vêm aumentando sua participação na geração de trabalho em Santa Catarina, sendo que estes cresceram acima da média estadual, 7,2% e 6,6% ao ano, respectivamente.

As mesorregiões que mais contribuíram para a geração de empregos formais para o estado de Santa Catarina foram o Vale do Itajaí e a Grande Florianópolis, cresceram a taxas acima da média estadual, 5,6% ao ano. Já mesorregião Serrana é a região menos dinâmica do estado e, portanto, a que menos gerou PFT.

Estas características e tendências do mercado de trabalho catarinense indicam que este acompanhou de perto as mudanças econômicas ocorridas nos anos 2000 e a dinâmica do país. Houve uma forte distribuição dos trabalhadores para os postos de trabalho mais protegidos dentro do mercado de trabalho, um forte crescimento da participação feminina, uma tendência de queda da taxa de desemprego. No entanto, alguns fatores ainda são preocupantes, por exemplo, quando se refere à remuneração, a grande maioria dos postos de trabalho gerados neste período foram direcionados à setores com baixa remuneração, como é o caso do setor terciário.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**:ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed São Paulo: Boitempo, 2002.
- BALTAR, Paulo. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade**: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.
- BALTAR, Paulo. Os salários na retomada da economia e do Mercado de Trabalho no Brasil: 2004-2007. In: BALTAR, P.; KREIN, J.; SALAS, C. (Org.). **Debates contemporâneos, economia social e do trabalho, 7**: economia e trabalho: Brasil e México. São Paulo: LTr, 2009.
- BALTAR, Paulo. **Emprego, política de emprego e política econômica no Brasil**. Escritório da OIT no Brasil. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.2). Brasília: OIT, 2010.
- BALTAR, Paulo; SANTOS, A. (Org.). **Trabalho no Governo Lula**: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. São Paulo: CESIT, 2010.
- BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho**: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Studium, 2004.
- CARLEIAL, Liana. Crise Econômica Internacional e Crise do Trabalho: o que já podemos antecipar? In.: **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. MORETTO, Amilton (Org.); [et al]. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. 176 p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/arqui1220877382.zip>>.
- COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.
- DIEESE. **Política de Valorização do Salário Mínimo**: valor para 2014 será de R\$724,00. São Paulo: DIEESE, 2013.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONNÔMICA APLICADA. **Brasil: o estado de uma nação**: mercado de trabalho, emprego e informalidade. TAFNER, Paulo (Editor). Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONNÔMICA APLICADA. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Brasília: IPEA, julho de 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONNÔMICA APLICADA. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Brasília: IPEA, maio de 2009.

KREIN, José Dari. **As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI no Brasil**. Revista NECAT, Florianópolis, Ano 2, nº 3, 2013.

MATTEI, L. F.; LAVRATTI, B. B.; PELED, R. A. **Comportamento do mercado de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2011**. Revista NECAT, Florianópolis, Ano 2, nº 3, 2013.

MATTEI, Lauro F.; LINS, Hoyêdo, N. (Orgs.). **A socioeconomia catarinense**: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó, SC: Argos, 2010.

MATTOSO, Jorge. Transformações Econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual de Orientações para Execução do Convênio Plurianual Único**. MTE, 2008.

MONTAGNER, Paula. O Desenvolvimento Econômico e Estrutura das Ocupações – A Situação Brasileira entre 2003-2007. In: BALTAR, P.; KREIN, J.; SALAS, C. (Org.). **Debates contemporâneos, economia social e do trabalho, 7**: economia e trabalho: Brasil e México. São Paulo: LTr, 2009.

MORETTO, Amilton. As políticas de mercado de trabalho e a crise de 2008. In.: **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. MORETTO, Amilton (Org.); [et al]. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010.

OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e Trabalho**: textos básicos. São Paulo: UNICAMP . IE, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. 2000. Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002, p. 34.

POCHMANN, Marcio. Perspectivas das relações de trabalho no Brasil no começo do século 21. In: CACCIAMALI, Maria Cristina; RIBEIRO, Rosana; MACAMBIRA, Júnior; Org.(s). **Século 21**: transformações e continuidade nas relações de trabalho. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Universidade de São Paulo, 2011.

POCHMANN, Marcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SANTOS, Leandro dos; ARUTO, Pietro Calderini. **Desempenho econômico e mercado de trabalho catarinense à luz da dinâmica nacional**: algumas evidências estatísticas a partir dos anos 1990. Textos para discussão nº3, 2012. Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/sine/arquivos/analise/Estudo-Comparativo-BR-SC-1990-2010.pdf>>. Acesso em: 5 de junho de 2012.

VENTURI, Aline Zeli. **Evolução do emprego formal em Santa Catarina a partir de 1990**. Florianópolis: UFSC, 2007.